

“UMA OUTRA CONSCIÊNCIA DE CLASSE”: A ALTERNATIVA POLÍTICA E IDEOLÓGICA DA SOCIEDADE OPERÁRIA ITALIANA DE BENEFICÊNCIA E MÚTUO SOCORRO EM BELO HORIZONTE

Renata Garcia Campos Duarte*

ABSTRACT

This article results from a monograph, presented on November 2007, from the History course of Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, under guidance of Professor Carlos Evangelista Veriano. And intends to treat the labour movement in Minas Gerais, particularly The Italian Benevolence Workforce Society and Help Assistance as a social space of aid and, mainly, the manifestations of the political ideas brought with the Italian workforce that had just come. The period that will be analysed comprehends the creation of The Italian Benevolence Workforce Society and Help Assistance – the same year of Belo Horizonte foundation – on August 1897 and the temporary closure of it in 1945, during the dictatorship of Getúlio Vargas.

KEY-WORD: The Italian Benevolence Workforce Society and Help Assistance; Class Consciousness; Labour Movement.

RESUMO

O presente artigo origina-se de monografia, apresentada em novembro de 2007, do curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob orientação do Professor Carlos Evangelista Veriano. E pretende tratar do movimento operário de Minas Gerais, particularmente a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro enquanto um espaço social de auxílio e, principalmente, de manifestações de idéias políticas dos imigrantes italianos recém-chegados. O período a ser analisado compreende desde o momento da criação da Sociedade Operária Italiana - no mesmo ano da inauguração de Belo Horizonte – em agosto de 1897 até o seu fechamento provisório no ano de 1945, durante a ditadura varguista.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro; Consciência de Classe; Movimento Operário.

* Bacharel-licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A história do movimento operário, temática que perpassa pela história política e social, na contemporaneidade tem sido uma atividade um tanto quanto complexa. Isso porque a História passa por uma fase de modismos que valorizam assuntos muito específicos ligados à Nova História Cultural e sem muitas conexões com as grandes estruturas da sociedade. A história do trabalho e, conseqüentemente a das classes trabalhadoras, deve ser estudada de modo que seja compreendida não somente as experiências dos trabalhadores (cultura, consciência, cotidiano etc), mas também seu contexto mais amplo, que contribui para a formação dessa experiência do operariado.

É importante mencionar que essa análise política que a História postergou foi, em grande escala, apropriada pela sociologia, evidentemente utilizando-se uma perspectiva sociológica que objetiva estudar fenômenos que envolvem vários indivíduos, grupos, em busca de conceitos a serem aplicados de modo universal.

Enfim, este texto pretende retomar parte dessa história política e social e contribuir com uma nova visão acerca da ação das associações operárias, estudando o caso da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, em Belo Horizonte. Para tanto, será discutido neste artigo a alternativa de ação revolucionária proposta pela Sociedade Operária Italiana; a relação da Sociedade com os seus sócios e suas ligações com o Estado; e a diversidade de concepções políticas, tendo-se em vista as práticas adotadas pela mesma até meados da década de 1940 enquanto componente de uma ideologia de classe alternativa à revolucionária.

MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE: UMA DISCUSSÃO POLÍTICA

O movimento operário brasileiro apresenta características próprias que o diferencia do mesmo processo histórico em outras localidades, provavelmente devido às condições particulares da formação histórica nacional. No seu interior destaca-se o mutualismo, que por sua vez adquire facetas que o distingue de outros países.

Cabe ressaltar que o mutualismo pode ser considerado uma atitude mundial frente às desigualdades decorrentes do capitalismo, o que não significa dizer que é uma regra que deve ser seguida à risca. Isso posto, não podemos asseverar que em todos os países existiram sociedades de socorro mútuo, mesmo porque a carência de estudos sobre o assunto não permite essa afirmação. Entretanto, podemos apontar sua existência no Brasil. Procuraremos abordar as diferentes formas que o mutualismo adquiriu do ponto de vista mundial, regional e por fim, local.

Antes de tudo, cabe aqui uma definição genérica das sociedades de socorros mútuos que, de acordo com Marcel van der Linden, seriam “associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”¹. Essa ampla definição pode ser questionada no que se refere ao “auxílio financeiro (...) em caso de necessidade”, uma vez que veremos adiante as atitudes dessas associações adiantando desde já que suas funções poderiam ser mais abrangentes, atingindo interesses que nem sempre são materiais.

As práticas mutualistas ocorreram no contexto internacional e constituem-se uma forma de organização da reação a um modelo econômico – o capitalismo. Na Europa dois países destacam-se: França e Itália. Esses países são considerados tradicionais por Alexandre Fortes que salienta a coexistência entre mutualidade e resistência por um longo período. O historiador trata sobre o posterior conflito entre dois modelos: o sindicalismo revolucionário (alemão e inglês) e o das Bolsas de Trabalho² (italiano e francês) concomitantemente à crise gerada pela estatização de serviços antes oferecidos por associações mútuas³.

Silva Júnior caracteriza o mutualismo europeu como um “fenômeno que envolve assalariados e cujo componente ideológico aponta exclusivamente para a conformação de solidariedades desse grupo social – podendo ou não transformar-se em instância de conflito com outros grupos”⁴; concepção que por si só amplia a conceituação de Marcel van der Linden.

Já Luigi Biondi compara o processo operário de São Paulo com o italiano. Menciona que a Itália da década de 1890 passou por um processo de transformação no qual as associações mutualistas profissionais transformaram-se nos primeiros sindicatos, ressaltando que no caso do mesmo tipo de sociedade (de imigrantes) paulista o “processo foi muito menos freqüente e o mútuo socorro prevalecente foi do tipo étnico-pluriprofissional (...)”⁵. Essa idéia quase que “evolutiva” abordada por Biondi tem sido bastante criticada por historiadores que tratam desse tema, no caso brasileiro⁶. A crítica se baseia na duvidosa análise de que o mutualismo compunha uma “pré-história” do movimento operário.

Na fundação de sociedades de socorro mútuo brasileiras percebe-se nitidamente uma influência européia, notadamente italiana, em decorrência do alto índice dessa imigração para o Brasil. Não é por acaso que estatísticas apresentam as sociedades mutualistas italianas como as mais comuns entre as estrangeiras⁷.

As ações praticadas por associações com perfil mutualista apresentam no Brasil características particulares em relação a outros países. Podemos dizer, ainda, que existem variações de associação para associação. Em outros termos, podiam ser associações criadas no seio de uma fábrica, por exemplo, ou fora destas com caráter estritamente de auxílio a trabalhadores ou a um grupo étnico atendendo a interesses materiais ou, ainda, um sindicato promovendo certas ações tipicamente mutualistas – mesmo sendo estas criticadas nos três Congressos Operários Brasileiros realizados pela Confederação Operária Brasileira (COB)⁸.

Dessa maneira, existiam associações de resistência que, baseadas nas resoluções dos Congressos, condenavam o mutualismo por pensá-lo como uma forma de alienação do trabalhador, ou seja, ofereciam benefícios materiais sem conscientizar o operário da luta, urgente e necessária, de oposição ao patronato. Mas na prática esses benefícios poderiam ser normais no interior destas. Não obstante, essa prática não pode ser generalizada a todas as sociedades de resistência. Adhemar Lourenço da Silva Júnior avalia essa prática como usual no Rio Grande do Sul⁹.

De modo geral, no que se refere aos benefícios das sociedades mutualistas, eram inúmeros os auxílios. Dentre eles podemos destacar: auxílio-doença, auxílio-desemprego, despesas com funerais, pensões (por velhice, morte etc), construção de hospitais, bibliotecas, escolas, assistência jurídica, entre outros.

Dois tipos de mutuais podem ser discriminadas: as étnicas e as classistas. As primeiras teriam como objetivos o lazer, a valorização da pátria e da cultura, entre outros que afirmavam a sua identidade étnica. As classistas não tinham objetivos muito diferentes “apenas acrescentando finalidades mais afeitas ao desenvolvimento de estratégias públicas, como seriam a solidariedade, a defesa de interesses e a luta contra ou a favor de leis”¹⁰.

Essa separação a partir das finalidades das mutuais não se aplica ao caso da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro. Isso porque a entidade constituiu-se como étnica e classista simultaneamente. De acordo com Abílio Barreto, contemporâneo à construção de Belo Horizonte, os objetivos dos estatutos eram:

1. o vínculo fraternal; viva manifestação do espírito de nacionalidade; a ordem e a economia; 2. a instrução, a educação e o mútuo socorro moral e material; 3. todo italiano, geograficamente falando, bem como o filho deste, nascido fora da Itália, poderia fazer parte da sociedade; 4. o símbolo da sociedade seria a bandeira nacional italiana.¹¹.

Cláudia Viscardi menciona o papel fundamental dessas entidades na garantia de aposentadorias, criação de espaços de lazer, reforço das identidades coletivas e, ainda, “como instrumentos facilitadores do processo de construção de cidadania” no início da República, em um momento ainda de consolidação das relações capitalistas¹². Logo percebemos o mutualismo como prática alternativa em relação às de caráter revolucionário, sendo estas últimas supervalorizadas pela historiografia tradicional do movimento operário¹³.

Os auxílios podem ser, ainda, compreendidos como forma de securitização, ou seja, uma segurança do ponto de vista material decorrente dos inúmeros imprevistos que o operário estava sujeito; que sem esses dificultaria sua própria sobrevivência. Nesse sentido é interessante mencionar a manutenção de uma “Caixa de Socorros” da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro para amparar os sócios em casos imprevistos. Cabe ressaltar que existiram sociedades que assumiram funções semelhantes às Bolsas de Trabalho, tentando encontrar emprego para os sócios.

Algumas entidades apresentavam em seus estatutos ações de caridade, principalmente em relação à doação dos seus bens após o fechamento destas. Nesse sentido a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro definia em seus estatutos a doação de seus bens à entidade italiana mais antiga de Belo Horizonte. Na ausência de outra associação italiana os bens passariam à *Croce Rossa Italiana* e a Cruz Vermelha Brasileira, divididos em partes iguais¹⁴.

Para a garantia desses benefícios era necessário, por outro lado, que os sócios se comprometessem com o pagamento das mensalidades, tendo-se em vista o alto custo de manutenção de uma entidade, e as despesas oriundas dos auxílios oferecidos a seus membros. A Tabela 1 demonstra que a maioria das associações ofereciam auxílios apenas aos sócios. No caso de Minas Gerais, das 105 mutuais existentes em 1942, apenas quatro atendiam a sócios e não-sócios.

TABELA 1
Associações de Beneficência Mutuária — 1942

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ASSOCIAÇÕES EXISTENTES												
	Total	Segundo a natureza			Segundo a extensão do auxílio			Segundo o ano de fundação					
		Geral	Reservada a uma classe	Sem declaração	Só a sócios	A sócios e estranhos	Sem declaração	Até 1903	De 1904 a 1913	De 1914 a 1923	De 1924 a 1933	De 1934 a 1942	Sem declaração
Norte													
Acre	3	2	1	—	2	1	—	—	—	1	2	—	—
Amazonas	16	15	1	—	13	3	—	1	2	5	6	2	—
Pará	40	33	7	—	39	1	—	5	1	1	4	1	28
Nordeste													
Maranhão	18	14	4	—	13	5	—	2	1	2	9	3	1
Piauí	15	13	2	—	14	1	—	2	1	1	5	5	1
Ceará	78	47	29	2	73	4	1	4	3	19	22	29	1
Rio Grande do Norte	11	4	7	—	11	—	—	1	1	3	1	5	—
Paraíba	20	9	2	9	8	3	9	—	—	1	5	5	9
Pernambuco	106	89	17	—	98	8	—	7	8	8	47	31	5
Alagoas	49	28	21	—	30	19	—	9	3	13	9	14	1
Leste													
Sergipe	17	14	3	—	6	11	—	7	3	5	—	2	—
Bahia	87	44	43	—	69	18	—	28	7	10	23	18	1
Minas Gerais	105	58	40	7	94	4	7	15	11	15	24	33	7
Espírito Santo	17	9	8	—	10	7	—	2	4	4	2	4	1

Fonte: *Anuário estatístico do Brasil 1941/1945*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.

Além das dificuldades de manutenção existiam as decorrentes de administrações mal planejadas ou mesmo corruptas. Mas não compete a este texto a compreensão destas.

Assim, através do pagamento das mensalidades, os sócios poderiam usufruir livremente dos socorros e participar das diversas instâncias das sociedades (como as assembléias), garantindo a securitização mencionada. Na Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, desde que pagassem a contribuição mensal, os sócios poderiam usufruir de direitos, como o de votar e serem votados, o gozo das assistências oferecidas, o recebimento de subsídios (como a assistência pecuniária, por exemplo), a participação nas assembléias etc¹⁵.

É interessante tratar da importância da assembléia para a Sociedade Operária Italiana. Era considerado o órgão supremo da Sociedade, o *locus* no qual os membros da diretoria eram eleitos, os regulamentos, estatutos e balanços financeiros aprovados, a exclusão de sócios resolvida, só para citar algumas das decisões que eram realizadas¹⁶.

Contudo, de modo geral, nem sempre as assembléias das associações de socorro mútuo eram freqüentadas, possivelmente pelo severo cotidiano do trabalhador. E na ausência de encontros sistemáticos, a imprensa adquiriu grande importância como órgão de mediação entre as sociedades de socorro mútuo e seus sócios. Na impossibilidade de todos comparecerem aos encontros eram publicadas, na imprensa, notas explicativas dos eventos ocorridos. Existiam, ainda, associações com publicações próprias como o jornal "O Confederal", do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, e o "O Operário", da Confederação Católica do Trabalho.

(...) essas associações desempenharam importante papel na construção do espaço privado no Brasil. Através delas é que a nossa sociedade civil ia se estruturando, ganhando espaço em relação ao Estado. Seu papel na construção da cidadania foi

fundamental. Sem essas experiências associativas prévias dificilmente as organizações sindicais teriam existido mesmo que não haja necessariamente uma confluência de interesses ou uma relação de continuidade entre elas.¹⁷

Mas nem todas as ações das sociedades de socorro mútuo restringiam-se à prestação de socorros a seus membros. Algumas delas se preocupavam, também, com questões profissionais tais como a colocação dos sócios no mercado de trabalho, a formação profissional e a educação básica.

Outra questão importante a ser tratada são os critérios de admissão dos sócios, que variam de acordo com os estatutos de cada associação; porém, podemos apontar alguns traços semelhantes de aceitação de sócios entre estas. Muitas vezes o próprio nome antevia essa questão. Esse é o caso do objeto deste estudo, a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro: fechada do ponto de vista étnico (já que segundo seus estatutos somente italianos de nascimento e seus filhos poderiam participar) e formada preferencialmente por trabalhadores, em outras palavras, operários e não patrões. Não se restringia a determinadas profissões e, por isso, o amplo termo "operária" aparece. Caso semelhante é o da Sociedade Italiana de Socorros Mútuos Victor Manuel (do Rio Grande do Sul) que aceitava como sócios apenas italianos e filhos de italianos.

Eliana Dutra menciona que as associações mutualistas mineiras "não faziam restrições quanto à religião, ideologia, e padrão sócio-econômico do associado"¹⁸. Mas cita que algumas entidades estrangeiras restringiam os sócios conforme a etnia, como a Sociedade Operária Italiana.

Outras entidades fechavam-se seguindo diferentes critérios: por bairro, profissão, local comum de trabalho, além do caráter étnico.

Nem sempre esses fechamentos eram cumpridos, ou, às vezes, nem eram regulamentados por estatutos. Assim, uma sociedade alemã, por exemplo, poderia aceitar espanhóis, ou uma destinada a negros admitir brancos¹⁹. Reitera-se a partir da documentação consultada, que não existe qualquer indício do aceite de membros pertencentes a outras etnias que não a italiana (exceto durante o período da ditadura de Vargas tratado adiante) na Sociedade Operária Italiana²⁰. A longo prazo, esse tipo de fechamento consistia em grande problema: com a queda da imigração a partir do início do século XX (ver Tabelas 2, 3 e 4 e Gráfico 1), a tendência foi a diminuição de novos sócios e o natural envelhecimento dos membros antigos e, conseqüentemente, um fim previsível.

Dados quantitativos apresentados por Siva Júnior apontam as mutuais em Minas Gerais no seguinte quadro: em 1882, inexisteriam sociedades de socorro mútuo; em 1917 eram 790 sociedades – 22% do total existente no Brasil; e em 1942 eram 105, cerca de

10% do total nacional (ver Tabela 5)²¹. Curioso é que Eliana Dutra, ao contrário de Silva Júnior (baseado nos dados do IBGE), menciona – a partir do *Anuário Estatístico de 1921* – a existência 39 sindicatos operários e de 46 associações de socorro mútuo no Estado de Minas Gerais – sendo seis em Belo Horizonte²². Dentre elas destaca-se a Sociedade Operária Italiana, que continha o maior número de sócios, 160, provenientes de diversas camadas da sociedade²³. Ademais, essa sociedade, assim como outras, era autônoma em relação ao Estado, sendo legitimada por seus membros.

TABELA 2
Imigração Italiana no Brasil (1884-1933)

DECÊNIO	EFETIVO	DIFERENÇA PERCENTUAL
1884-1893	510.533	
1894-1903	537.784	+5,34%
1904-1913	196.521	-63,46%
1914-1923	86.320	-56,08%
1924-1933	70.177	-18,7%
TOTAL	1.401.335	

Fonte: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

TABELA 4
Entrada de imigrantes italianos no Estado de Minas Gerais

ANO	NACIONALIDADE
	ITALIANA
1894	?
1895	6.422
1896	18.999
1905	?
1906	?
1907	?
1908	136
1909	?
1910	291
1911	179
1912	304
1913	337
1914	?
1916	-
1917	59
1918	27

Fonte: Relatórios da Secretária da Agricultura dos anos de 1896, 1897, 1907-1916, 1918 e 1919. Arquivo Público Mineiro.

TABELA 3
Entradas de Imigrantes Italianos no Brasil (1935-1944)

Anos	1935	1936	1937	1938	1939	1940-1944
Entradas	2.875	3.002	3.376	-	1.004	507

Fonte: *Anuário estatístico do Brasil 1936, 1937, 1938, 1939/1940, 1941/1945*. Rio de Janeiro: IBGE.

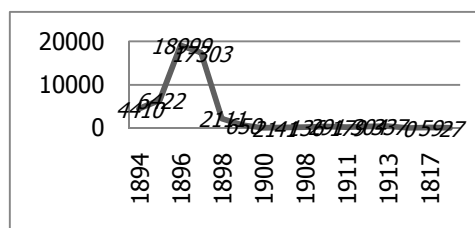


Gráfico 1: Entrada de imigrantes no Estado de Minas Gerais. Fonte: Relatórios da Secretária da Agricultura dos anos de 1896, 1897, 1907-1916, 1918 e 1919. Arquivo Público Mineiro; T. S. Bernardi. *Lo Stato di Minas Geraes*. In: TRENTO, 1989. p. 101.

TABELA 5
Associações de Auxílios Mútuos e Beneficência

UNIDADES POLÍTICAS	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES ARROLADAS EM 1917	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES ARROLADAS EM 1942
Distrito Federal	816	-
Bahia	165	87
Minas Gerais	790	105
Pernambuco	103	105
Rio de Janeiro	144	68
Rio Grande do Sul	104	146
São Paulo	744	149

Fonte: *Anuário estatístico do Brasil 1936*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936; *Anuário estatístico do Brasil 1941/1945*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.

Informações revelam que, na década de 1920, os italianos correspondiam a cerca de 9% da população total de Belo Horizonte, a grande maioria atrelada ao setor secundário da

economia²⁴. Além disso, foram os primeiros a organizarem entidades de caráter “beneficente”²⁵. De acordo com Viscardi²⁶, dentre as mutuais estrangeiras, as mais comuns eram as italianas.

Em Belo Horizonte, inúmeras associações apareciam citadas em jornais. No jornal “O Confederal”, por exemplo, temos a Associação Beneficente Typographica, Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, Centro Operário, Confederação Auxiliadora etc²⁷.

Para a compreensão da autonomia das sociedades de socorro mútuo, bem como as suas atividades em relação ao Estado, é interessante analisar leis e decretos, importantes fontes indicadoras dessa relação.

A partir de 1882, os estatutos das sociedades mútuas não precisariam mais da aprovação do Presidente da Província para funcionarem, como antes ocorria. Com as primeiras legislações republicanas não se alterou de forma significativa esse quadro. A diferença é que com o decreto nº 164 de 1890, os estatutos de montepios, caixas econômicas, enfim, organizações com finalidades lucrativas, deveriam enviar seus estatutos à aprovação prévia do Estado. Ademais, a Constituição de 1891 (artigo 72) previa em seu texto que “a todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública”²⁸.

O decreto nº 173 de 1893, por outro lado, trouxe alterações na medida em que permitiu que as sociedades civis, incluindo as de socorro mútuo, pudessem ser reconhecidas enquanto pessoa jurídica, desde que seus estatutos fossem registrados e legitimados através de sua publicação nos jornais oficiais do Estado. Com o decreto nº 24.784 de 1934, o Conselho do Trabalho foi instituído, e a partir desse momento encarregou-se da fiscalização “das instituições de seguro social, e demais congêneres”, que deveriam enviar estatutos e outras informações da entidade, cabendo ao Conselho fiscalizar e, se preciso, realizar intervenções nas mesmas.

As sociedades mútuas assumiram funções (como o auxílio-doença, o auxílio desemprego, dentre outras) que mais tarde couberam ao Estado. A partir disso surge uma indagação: as sociedades de socorro mútuo assumiram desde o início funções que deveriam ser do Estado? O fato é que por muito tempo essas organizações serviram de suporte a várias classes e camadas sociais através dos socorros prestados. Em outras palavras, o dever ou não de pertencer ao Estado perde a importância ante a função que essas associações exerceram desde o século XIX.

Assim é necessário averiguar medidas estatais acerca de questões previdenciárias que demonstram falta de comprometimento do Estado por longo tempo. Essa não-assistência do Estado talvez tenha possibilitado a proliferação de sociedades de socorro mútuo, criadas através de ações voluntárias da população, que assumiram um papel que não deveria ser privado, e sim público.

Mas a partir do final do século XIX, com o advento da República, algumas medidas de caráter previdenciário estatal apareceram aos poucos em forma de decretos. Dessa maneira, o Estado gradativamente instituiu aposentadorias e pensões, previamente desenvolvidas no setor privado. Entretanto, antes da República, o decreto nº 9.212-A obrigou a criação de montepios para os empregados dos correios, e o decreto nº 10.269 garantiu o fundo de pensões para os trabalhadores das oficinas da Imprensa Régia, ambos publicados em 1889.

Era o bosquejo da chamada previdência social no Brasil, ou seja, o Estado passou a se preocupar com algumas questões trabalhistas que até esse momento cabiam exclusivamente à iniciativa privada, seja por sociedades mutualistas ou por montepios e seguradoras.

Do início do período republicano até a década de 1930, algumas medidas previdenciárias foram publicadas de modo disperso. Em 1890, o decreto nº 221 instituiu aposentadorias aos empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil e o nº 942-A criou montepios para os empregados da Fazenda. Outras medidas irromperam como a lei nº 127, de 1892, sobre aposentadoria e pensão dos operários da Marinha na Capital Federal; o decreto nº 9.284, de 1911, que estabeleceu a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários da Casa da Moeda; e a lei nº 3.724, de 1919, acerca de acidentes de trabalho.

Certamente a medida mais marcante, antes da década de 1930, foi o decreto nº 4.682 (ou Lei Eloy Chaves), de 1923. Este criou uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os trabalhadores de empresas ferroviárias, proporcionando socorros médicos, medicamentos com desconto e pensões em caso de morte para a família. Posteriormente, através de outros decretos, o serviço foi ampliado aos portuários e trabalhadores de empresas de serviços telegráficos e radiotelegráficos.

Mais tarde, já na década de 1930, foi instituído o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Desenvolvidas e ampliadas no governo de Getúlio Vargas, as leis previdenciárias apareceram através da Lei Orgânica da Previdência Social (1931). O Estado tomou as rédeas do sistema previdenciário e criou Caixas e Institutos de Previdência Social, que ampliaram as redes de proteção²⁹ através de benefícios como assistência médica, hospitalar e farmacêutica, aposentadoria, pensão para a família em caso de morte, dentre outros. As redes, ainda na Era Vargas, sofisticaram-se gradativamente.

Em 1945, foi baixado o Decreto-lei n. 7.526, de 7 de maio, garantindo a todos os brasileiros e aos estrangeiros domiciliados no Brasil, os meios de manutenção, quando não estivessem em condições de angariá-los, por motivo de idade avançada, invalidez ou morte de quem dependessem economicamente. Amplo e ambicioso, constituía a Lei Orgânica dos Serviços Sociais do Brasil.³⁰

Mas à medida que Vargas sofisticava essas redes de proteção, durante o Estado Novo, mais precisamente no momento da Segunda Guerra Mundial, repreendia as associações estrangeiras, notadamente as alemãs, japonesas e as italianas.

O decreto-lei nº 383, publicado em 1938, “veda actividade política a estrangeiros no paiz”³¹. A aplicabilidade desse decreto pode ser percebida através da investigação realizada pela Delegacia de Ordem Pública de Minas Gerais, no mesmo ano. A averiguação tratava sobre a existência e funcionamento de entidades estrangeiras, como ilustra a correspondência policial de Orlando Moretzsohn, Delegado de Ordem Pública de Minas Gerais, ao Major Ernesto Dornelles:

Senhor Major Chefe,

Está em pleno vigor o Decreto-lei nº 383, de 18 de abril do corrente ano [de 1938], o qual veta actividade política a estrangeiros e fixa normas sobre a organização e funcionamento de sociedades, clubs ou entidades similares mantidas por estrangeiros no Brasil.

Com fundamento no paragrafo 2º do artigo 3º, do mesmo Decreto, esta Delegacia tem procurado fiscalizar a actividade dessas organizações, aqui existentes, exigindo-lhes a apresentação dos respectivos estatutos e comunicação prévia das reuniões que realizam. (...).³²

Outras correspondências apresentavam o mesmo teor, como a de Vasco Leitão da Cunha, Ministro da Justiça, destinada ao Governador Benedito Valadares, que apontava a gravidade da situação internacional devido à Guerra e, em decorrência disso, a necessidade de controlar as associações estrangeiras de cunho recreativo, cultural, beneficente ou assistencial, podendo autorizar, restringir ou vedar o funcionamento das mesmas através do decreto-lei nº 383³³. Nesse documento foram transmitidas algumas instruções como, por exemplo, a verificação da legitimidade dos registros das sociedades através de provas documentais, a obrigatoriedade da diretoria ser composta de dois terços de brasileiros natos (incluindo presidente e membros da diretoria com poderes administrativos), fiscalização constante, dentre outras.

Essas medidas ainda tornaram-se mais vigorosas quando o Brasil rompeu as relações com os ditos países do “Eixo”, em 1942. Dessa forma, foi proibida a execução dos hinos desses países em qualquer local, publicações, a utilização de seus idiomas em locais públicos, a exibição de imagens dos líderes dos respectivos países, conversas sobre a conjuntura internacional, a distribuição de materiais em defesa da ideologia nazi-fascista etc. Além disso,

com a portaria nº 7.572 “Nenhuma reunião de sociedades, clubes e quaisquer outros estabelecimentos para fins culturais, beneficentes ou de assistência, poderá ser realizada sem prévia autorização e a presença da autoridade encarregada da fiscalização”³⁴.

Nessa perspectiva, o Delegado Domingos Henriques Carlos da Silva relatou, em uma correspondência, os procedimentos adotados em Belo Horizonte a partir das portarias e decretos-lei promulgados³⁵. Menciona, assim, a situação da Sociedade Escolar Alemã, do Grupo Escolar Benito Mussolini, da União Síria Brasileira, da União Beneficente Alemã, do Grêmio Espanhol, da Sociedade Dante Alighieri e da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro. A “eficiência” do Delegado é tal que investigou além das japonesas, alemãs e italianas, sociedades de nacionalidades que não se enquadravam nesse perfil.

A Sociedade Operária Italiana e a Sociedade Dante Alighieri enviaram, através do Embaixador da Itália, requerimentos dos registros ao Ministério da Justiça, “e se compromete[m], em breve prazo, a apresentar a certidão de entrada naquele Ministério”³⁶.

A portaria nº 185 e a nº 5.408, ambas de 1942, aplicavam restrições tanto a pessoas físicas quanto a jurídicas dessas nacionalidades, desde a permanência até a autorização para viagens. Segundo o parágrafo único da última portaria, “Os bens das sociedades civis formadas de alemães, japoneses ou italianos, poderão ser utilizados no interesse público, com autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores”³⁷. Mas o que seria “interesse público” naquele momento? Muito provavelmente algo que não ferisse a legitimidade da ditadura varguista, ou seja, que não viesse de contramão aos interesses estatais.

Com o decreto-lei nº 4.166, de março de 1942, a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro foi fechada. O governo, alegando prejuízos políticos e econômicos causados pela guerra, especialmente com o bombardeio do navio “Taubaté” na costa brasileira e o não cumprimento do ressarcimento dos danos gerados por esse acontecimento por parte da Alemanha, resolveu confiscar não somente os bens de alemães, mas também de japoneses e italianos, conforme descrito no artigo abaixo:

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.³⁸

Mesmo o governo acusando a Alemanha pelo ataque, estendeu a indenização pelo prejuízo aos demais países da Aliança, ou seja, Itália e Japão. Isso porque, de acordo com o decreto, a “(...) aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão”³⁹. Dessa forma, os bens de

pessoas físicas e jurídicas dessas nações passaram a ser administrados pelo Governo Federal⁴⁰.

A sede da Sociedade Operária Italiana (na rua Tamóios, centro comercial de Belo Horizonte) foi, então, confiscada pelo governo em 1942; com respaldo nas leis referidas. O edifício da Sociedade transformou-se em sede da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Após o arresto da sede, as atividades da Sociedade passaram a ser exercidas de modo limitado⁴¹.

Outras entidades italianas também tiveram seus bens apreendidos: a Sociedade Beneficente Italiana *Stela de Itália*, de Poços de Caldas, a Casa d'Itália, de Juiz de Fora, e a Sociedade *Principe di Napoli*, de São João Nepomuceno.

Após o fim da ditadura de Vargas, iniciou-se um novo período da política brasileira, caracterizado pela historiografia como democrático. Assim, a Constituição democrática promulgada em 1946, em seu artigo 141, garantiu a inviolabilidade dos direitos de brasileiros e estrangeiros. A respeito da liberdade de associação previa:

§ 11 - Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a policia designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite.

§ 12 - É garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judiciária.

§ 13 - É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer Partido Político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.⁴²

Mesmo com a promulgação dessa Constituição, o governo, ainda baseado no decreto-lei 383, cobrou da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro o registro (que segundo informações da Sociedade teria sido requisitado em 1941) no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1947. Em resposta aos ofícios enviados à Sociedade, o consultor jurídico da mesma, Sandoval Babo, redigiu:

Como consultor juridico e advogado dessa benemérita SOCIEDADE, cujo cincoentenário se celebrará quasi que concomitantemente com o desta capital, devo esclarecer-lhes, preliminarmente, que não mais tem razão de ser o pedido de registro no sobredito Ministerio, para poder funcionar, uma vez que o decreo-lei Nº 383, de 1938, e os demais neste referidos, constituem, hoje, leis obsoletas, porque totalmente revogadas. Trata-se de diplomas legais, expedidos pela extinta Ditadura, quando no seu fastígio, e informados todos eles do pior espírito jacobinista (porque indiscriminadamente contra os estrangeiros) e anti-democratico (porque contra os partidos politicos nacionais, que mandou fechar: decreo lei nº 59...)⁴³.

O advogado evidenciou, ainda, o absurdo do decreto-lei 383, que obrigou a existência de dois terços de brasileiros natos na diretoria da entidade. Contudo, após a revogação desse decreto, a Sociedade retornou ao quadro antigo: composta somente de sócios italianos e dos filhos destes.

Somente com o decreto nº 26.542, de março de 1949, a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro teve seus bens liberados, mas o antigo prédio (propriedade confiscada), que passou a ser a sede da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, não foi devolvido. O valor atribuído ao prédio com os devidos ajustes foi depositado à mesma.

Art. 1º Ficam liberados dos efeitos do Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, por força do Tratado de Paz entre o Brasil e a Itália, para imediata entrega à Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, com sede em Belo Horizonte, as apólices depositadas pelo Govêrno do Estado de Minas Gerais no Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S. A., correspondentes ao preço ajustado na compra do prédio da Casa d'Itália de Belo Horizonte para a instalação da Assembléia Legislativa Estadual.⁴⁴

O antigo prédio, na década de 1970, passou a ser sede da Câmara Municipal e, no ano de 1988, com a construção do novo edifício da Câmara, foi demolido. Com a liberação dos bens e a legitimação da Sociedade Operária Italiana no governo democrático, uma nova sede foi construída, na rua Curitiba – também na região central de Belo Horizonte.

O entendimento da lógica mutuais/sócios/Estado é imprescindível para compreendermos a importância das entidades de socorro mútuo como sustentáculo dos operários nos séculos XIX e XX. Na ausência de iniciativas estatais, a sociedade estruturou-se e estabeleceu uma rede de benefícios privada. E mesmo com impedimentos estatais, como os da ditadura de Vargas, as associações adaptaram-se às legislações para a manutenção dos benefícios aos sócios, caso da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro.

MUTUALISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL (1897-1945) – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Durante muito tempo a história do movimento operário privilegiou as associações de resistência⁴⁵ como movimento verdadeiramente revolucionário, composto de anarquistas até a década de 1920 e, depois, de comunistas. Os demais tipos de organização do movimento operário, como, por exemplo, as sociedades de socorro mútuo, o sindicalismo católico, as cooperativas, ocupavam o segundo plano, muitas vezes classificadas como inferiores.

Podemos analisar a historiografia sobre essa questão a partir de duas vertentes. A primeira seria a de que o mutualismo, o cooperativismo etc compõem a primeira fase do movimento operário⁴⁶. Dessa maneira, essas associações são percebidas como anteriores à organização do movimento operário além de não serem consideradas propriamente sociedades de resistência, ou melhor, de defesa dos interesses proletários. Através de uma história simples, factual e linear, essa tendência historiográfica propõe que as mesmas aos

poucos foram deixando a "fraternidade"⁴⁷ de lado tornando-se reivindicatórias, de bases sindicalistas, através da ação de militantes anarquistas, simplesmente deixando de existir.

Seguindo essa linha, em meados da década de 1920, o anarco-sindicalismo enquanto ideologia dominante do movimento operário foi substituído pela comunista; como se não houvessem outras ideologias concomitantemente, ou mesmo como se os operários fossem obrigados a aderirem a uma das duas.

De acordo com Edgar Rodrigues, o anarco-sindicalismo foi adotado pelos operários brasileiros "(...) até a implantação dos sindicatos fascistas pelo Estado Novo de Vargas em 1930", sendo que o comunismo passou a disputar com os anarco-sindicalistas "(...) a supremacia dos sindicatos, transformando-se desde então num sério opositor aos movimentos anarquista e sindicalista"⁴⁸.

Já a segunda vertente praticamente ignora outras formas de associação que não pertenciam a ideologia anarquista ou comunista; e quando considera, as deprecia perante a ação revolucionária⁴⁹. Dessa forma, percebe-se que as organizações de operários que não correspondiam às tendências anarquista e comunista são deixadas de lado devido a um estigma que as trata como se fossem de caráter beneficente e não reivindicatório.

De acordo com essa clássica vertente historiográfica, somente a partir do anarco-sindicalismo os trabalhadores teriam adquirido consciência de classe, percebida como uma reação racional de uma classe a uma determinada situação, seja política ou econômica.

No Brasil a primeira aparição do proletariado enquanto classe "para si", quer dizer sua primeira forma de consciência, ganhou as características do anarco-sindicalismo.

No início do século os sindicatos começam a despontar como modo de organização operária, ao lado das caixas mutuais, das sociedades beneficentes, das ligas de resistência. Seus membros – onde se destacam os estrangeiros, os trabalhadores qualificados, os semi-artesãos – são muitos deles trabalhadores que visam apenas defender-se coletivamente contra a exploração sem qualquer projeto de subversão da ordem social. Mas a parcela mais combativa, mais capaz de unir a classe e de enfrentar os patrões e o governo é constituída por anarco-sindicalistas.⁵⁰

Na década de 1980, Emília Viotti da Costa, Cláudio Batalha, entre outros, estabeleceram um novo tratamento dessas associações no que se refere ao seu caráter ideológico alternativo em relação às de ação revolucionária.

Os historiadores perceberam na historiografia brasileira do movimento operário um paradigma no qual predominam-se as correntes anarquista e comunista, ou seja, a classe operária é observada somente a partir de uma consciência de classe revolucionária. No entanto, são "esquecidas" as manifestações de classe anteriores a essas correntes (antes da década de 1920) preconizadas pelo antigo paradigma, que não se enquadravam neste ou mesmo associações que por opção ideológica não pretendiam ser anarquistas e nem comunistas. Digo "antigo" pelo surgimento de um mais recente, que reconsidera o conceito

de consciência de classe aplicando-o a outras manifestações da classe operária como, por exemplo, o mutualismo.

Batalha afirma que, mesmo com a comprovação empírica de outras formas de organização operária, o antigo paradigma permanece sólido e estático, sem quaisquer alterações. Dessa forma, a historiografia tradicional relega o sindicalismo reformista ou “amarelo” ao segundo plano, atribuindo características tais como: a não-importância desse tipo de sindicalismo, seu atrelamento ao Estado ou, ainda, a inauguração de uma forma sindical bastante comum após a década de 1930 (denominada pejorativamente de peleguismo). Ainda associa outras características, como “a origem brasileira da base operária reformista em contraposição à origem imigrante dos anarquistas”⁵¹. Característica essa que não corresponde a regra, uma vez que não há qualquer relação explícita entre etnia e opções sindicais. O autor cita que existiam associações estrangeiras de caráter evidentemente reformista – como é o caso da Sociedade Operária Italiana, em Belo Horizonte.

Para efeito de entendimento o mesmo esclarece a idéia de reformismo:

(...) não representa uma corrente política determinada, mas um conjunto de correntes ideológicas - muitas vezes adversárias uma das outras -, sustentando uma prática sindical, ou melhor, uma série de práticas sindicais idênticas ou muito semelhantes (...) tem em comum concepções sindicais marcadas por uma visão da greve como “último recurso”; por buscar consolidar as conquistas trabalhistas através de medidas legais; por apelar para os serviços de intermediários (...); por sustentar a idéia de sindicatos fortes e ricos, recorrendo à beneficência como forma de assegurar o número de associados e a entrada de recursos; e por tentar conquistar espaços de participação institucional lançando candidatos próprios nas eleições (...).⁵²

Ainda a respeito do paradigma do movimento operário é abordada a idéia de que à essa forma de sindicalismo relaciona-se a docilidade e, conseqüentemente, a facilidade de controle e manipulação.

Batalha percebe, assim, que o sindicalismo “amarelo” representa uma forma de consciência de classe que não pretende ser revolucionária, mas sim reformista. Utilizando as palavras do próprio autor: o sindicalismo não revolucionário “constitui uma outra forma assumida pela consciência de classe do operariado”⁵³.

Especificamente sobre as associações mutualistas – que se enquadram no sindicalismo “amarelo” – Batalha menciona o fato de muitas pesquisas, realizadas na década de 1980, atribuírem às mesmas pressupostos equivocados como, por exemplo, tratá-las como se pertencessem a “pré-história” do movimento operário. Para ele, a idéia de que as novas organizações, chamadas de sociedades de resistência, substituíram as mutualistas (existentes desde o século XIX) não deve ser considerada verdadeira; tendo-se em vista que, mesmo com essa nova forma de organização sindical, elas não extinguíram-se, continuaram

presentes ao longo do século XX como, por exemplo, a Sociedade Operária Italiana de Belo Horizonte.

O autor identifica diversas continuidades (e rupturas também como é o caso das formas de ação) nessa reestruturação do sindicalismo que passou a ter predomínio (não-exclusividade) anarquista. A continuidade se deu no funcionamento de assembléias, comemorações de datas importantes e as noções de dignidade do trabalho, de valorização do trabalho manual e de classe. Assim, existiram simultaneamente sociedades de caráter reformista e de resistência no início do século XX, sendo que as últimas herdaram diversas concepções das primeiras. Isso porque História é um processo contínuo e dialético e a história do movimento operário não apareceu aleatoriamente com o anarquismo. Antes já existiam trabalhadores no Brasil (não surgiram com as ondas imigratórias) que organizavam-se em associações. Além disso, parte dos trabalhadores não se posicionava ideologicamente por apreensão ou mesmo por falta de conhecimento ou desinteresse.

Cláudio Batalha ressalta que essas sociedades de socorro mútuo poderiam ser formadas por categoria profissional, várias categorias ou mesmo por nacionalidade. E menciona que algumas sociedades não “restringiam sua atuação à prestação de auxílios”, cuidavam da formação profissional, da educação tradicional e da colocação dos sócios no mercado de trabalho⁵⁴. Os auxílios básicos prestados seriam: auxílio-funeral, pensão por invalidez e para a família em caso de falecimento.

Mas, afinal, o que seria essa outra consciência de classe assumida pelo operariado que não era anarquista nem comunista? Cabe aqui um breve tratamento acerca do conceito de consciência de classe.

De acordo com Lukács, consciência de classe seria uma “reação racional que deve (...) ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção (...)”⁵⁵. O autor afirma:

(...) o destino de uma classe depende da sua capacidade em discernir com clareza e resolver os problemas que lhe impõe a evolução histórica em todas as suas discussões práticas. (...) não se trata de pensamento de indivíduos, por mais evoluídos que eles sejam, nem tão-pouco de conhecimento científico.⁵⁶

Dessa maneira, consciência de classe pode ser compreendida como possível reação de uma classe perante determinada situação (econômica ou política) através de ações que buscam resolver problemas. Assim, não podemos dizer que o mutualismo e membros das associações mutualistas, por exemplo, não obtinham consciência de classe. Isso porque a prática mutualista por si só constituía reação a uma situação político-econômica em que o proletariado e/ou o imigrante se encontravam.

Com base nos pontos de vista aqui indicados, não se pode dar uma tipologia histórica e sistemática dos possíveis graus de consciência de classe. Para isso, seria necessário, em primeiro lugar estudar exactamente qual o momento do processo de conjunto da produção que afeta de forma mais imediata e mais vital os interesses de cada classe (...).⁵⁷

Lukács trata também dos diferentes graus da consciência de classe, que variam de acordo com a reação manifesta por cada classe. Considerando que esta varia apenas de classe para classe, não podemos dizer sobre diferentes graus ou níveis de consciência no seio de uma única classe. Baseando-se nas idéias de Lukács, esteja o operário organizado em associações mutualistas ou sindicatos, o grau de consciência seria o mesmo.

Os congressos constituem importantes indicativos dos rumos do movimento operário brasileiro e dessa dita não-consciência de classe. O Primeiro Congresso Operário Brasileiro, nitidamente influenciado pelo sindicalismo revolucionário, ocorreu em abril de 1906.

Diversas pautas foram debatidas, dentre elas a organização do movimento operário, sua orientação etc. Foi decidido que as organizações ali presentes bem como os operários, não deveriam seguir qualquer doutrina política ou religiosa, o que denota influência anarquista; e que os operários deveriam organizar-se em sociedades de resistência econômica utilizando, para enfrentar o patronato, os mecanismos da ação direta: boicotes, greves, sabotagens, propaganda etc.

Com relação ao mutualismo e ao cooperativismo nos sindicatos, o Congresso posicionou-se da seguinte maneira:

Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou cooperativismo, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições; que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência; o Congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato.⁵⁸

Atenta-se que o Congresso criticava a beneficência, o mutualismo e o cooperativismo, sem, entretanto, condená-los nos sindicatos. Caracterizava essas "obras" como secundárias, que poderiam atrapalhar a finalidade da resistência; mas não enfatizavam sua liquidação. Além disso, percebemos no mesmo trecho, a idéia do sindicato formado por minorias militantes.

A partir do Congresso foram tomadas importantes decisões: criação da Confederação Operária Brasileira (COB), que deveria ser composta somente por sindicatos de resistência, e do jornal "A Voz do Trabalhador", com objetivo de informar o operariado. De acordo com Hall

e Pinheiro, o Primeiro Congresso "(...) permitiu pela primeira vez uma certa coordenação e troca de informações no interior do movimento operário, em nível nacional"⁵⁹.

No Primeiro Congresso foi decidido, ainda, que anualmente ocorreriam os congressos, mas somente no ano de 1913 (em setembro) foi organizado o Segundo Congresso Operário, seguindo a linha ideológica (sindicalista revolucionária) do Primeiro. Entre um congresso e outro, medidas de repressão do Estado (lei Adolfo Gordo⁶⁰, por exemplo) e do patronato proporcionaram um clima tenso de greves freqüentes e propaganda sindical entre os operários, mais organizados em decorrência das decisões do Primeiro Congresso.

No Segundo Congresso permaneceu a posição com relação às outras formas de organização operária:

(...) todas as sociedades de resistência (...) não se deixem levar pelas belas e sediciosas promessas partidas de cima, e que dêem combate rijo e decidido à instalação e direção pelos sindicatos, de cooperativas de quaisquer espécies, conservando-se sempre coerentemente dentro dos fins essenciais ao sindicalismo: a resistência encarnçada e tenaz contra o capitalismo voraz e insaciável.⁶¹

MUTUALISMO: "UMA OUTRA CONSCIÊNCIA DE CLASSE"?

Percebemos que o mutualismo e o cooperativismo, a partir do texto do Segundo Congresso, não eram vistos como expressões autênticas de combate ao capitalismo pelos componentes deste. Ao contrário, eram vistos como legitimadores desse modo-de-produção. Sob outra perspectiva, observa-se que esse modelo organizativo compunha uma alternativa ao sindicalismo revolucionário, propondo uma outra consciência de classe que, igualmente, pretendia defender os direitos da classe trabalhadora.

Sobre os sindicatos católicos, o Congresso aconselha aos operários o afastamento, uma vez que eram caracterizados como "instrumento de engano e de cegueira". Outras questões foram discutidas, como a organização dos trabalhadores rurais, as bolsas de trabalho (vistas também como obras secundárias), educação e instrução do operariado etc.

Algumas associações de Minas Gerais aderiram a esse Congresso, como a Associação Beneficente Irmãos Artistas e a União Operária, ambas de Juiz de Fora; de Belo Horizonte, o Centro Operário Sindicalista, o Sindicato dos Pedreiros e o Sindicato dos Carpinteiros; e de Machado, a Liga Operária Machadense. Ainda, aderiram moralmente, sem representação no Congresso, a Liga Operária Uberabense, de Uberaba, e o Sindicato dos Pintores, de Belo Horizonte.

O Terceiro Congresso Operário, último realizado pela COB, reuniu-se no Rio de Janeiro em abril de 1920. Os temas discutidos foram: trabalhadores agrícolas, educação e instrução, reivindicações dos trabalhadores, táticas de luta, orientação ideológica, entre outros.

Participaram desse Congresso quatro organizações de Minas Gerais, sendo duas de Juiz de Fora, uma de Cataguazes e uma de Elói Mendes.

É interessante observar que o 3º Congresso Operário em 1920, promovido pela Confederação Operária Brasileira, que contou com a participação da quase totalidade dos sindicatos de resistência do País, não teve a participação de nenhum sindicato de Belo Horizonte. No IV Congresso Operário, em 1912 (a primeira iniciativa de organização de um movimento sindical ligado ao Estado), pelo contrário, as associações operárias da cidade compareceram em peso.⁶²

O Quarto Congresso ocorreu em setembro de 1912 com a participação de 187 delegados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte, São Paulo, Maranhão, Pará e Ceará. Seguindo a ordem cronológica dos congressos, esse teria sido o segundo. De acordo com Edgar Rodrigues, esse Congresso só poderia ser o quarto levando-se em consideração além do Primeiro Congresso Nacional, os dois estaduais, do Rio Grande do Sul (1896) e de São Paulo (1907-1908)⁶³.

Organizado pela Liga do Operariado do Distrito Federal – sem qualquer vínculo com a COB, o Congresso agrupou afora trabalhadores, políticos. Várias foram as facilidades decorrentes da participação destes últimos, principalmente a do deputado e tenente Mário Hermes da Fonseca, como a utilização do espaço Palácio Monroe no Rio de Janeiro e a gratuidade no transporte para os delegados das associações.

As temáticas debatidas foram as mais variadas, desde a normalização das oito horas de trabalho até a criação de caixas de proteção e auxílio aos operários⁶⁴. Manifestava, assim, uma consciência de classe diferente em relação aos outros congressos nacionais; ou seja, seguia uma linha alternativa, de conciliação entre operários e patrões. Por esse motivo, o Congresso foi assaz condenado pela imprensa e sindicatos revolucionários.

Segundo Edgar Rodrigues, “parecem ter razões suficientes as organizações operárias anarco-sindicalistas para contestar este '4º Congresso', tão pobre de doutrinas, de idéias e de princípios. (...) é um tipo de sindicalismo surdo às lutas do trabalhador revolucionário”⁶⁵. Fica evidente nessa passagem de Rodrigues a depreciação desse tipo de organização do trabalhador que, de acordo com a historiografia mais tradicional, pode ser vista de duas formas: como uma espécie de “pré-história” do movimento operário ou como um modo abjeto de organização, inferior à ação revolucionária.

Cabe ressaltar que o Quarto Congresso manifestava uma tendência do movimento operário alternativa ao revolucionário, que também pretendia servir aos interesses operários utilizando, para isso, mecanismos de ação diferenciados como o diálogo com os poderes públicos, por exemplo.

Participaram cerca de vinte associações operárias mineiras, sendo dez belorizontinas⁶⁶. Foi a maior adesão a um congresso, donde percebemos certo predomínio dessa tendência alternativa no movimento operário de Belo Horizonte. Por conseguinte, torna-se necessário abordar a trajetória do movimento operário belorizontino.

Eliana Dutra menciona que, no ano de 1900, surgiu em Belo Horizonte a Liga Operária "de tendência socialista-reformista, que propunha ser uma associação de indivíduos de idéias democráticas, com a finalidade de organizar os elementos e energia do proletariado para defender, por 'todos os meios legais' os direitos e interesses da classe operária"⁶⁷.

A Liga defendia a negociação em benefício dos operários, seja através de autoridades pertinentes ou de candidatos a cargos públicos que resguardassem os interesses do operariado.

Dutra afirma, ainda, que essa negociação com o poder público os diferenciava claramente dos ideais anarco-sindicalistas⁶⁸. É nesse sentido que devemos compreender o mutualismo como uma alternativa de movimento operário, que nem sempre deveria percorrer as vias proposta pelas idéias anarquistas e/ou sindicalistas.

A Liga era formada também por estudantes, comerciantes e funcionários públicos, mas o operariado se impôs e, aos poucos, as demais categorias a abandonaram. Seus sócios eram, a grande maioria, italianos, sendo representante da Liga o italiano Donato Donati⁶⁹, que foi o primeiro presidente da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, em 1897-1898.

Após se bater com insistência e pouco êxito contra a falta de segurança nos pagamentos aos operários, a forma de pagamento em vales feita pela Prefeitura; contra as péssimas condições de moradia da Vila Operária do Bairro Preto e a favor do direito de os operários serem amparados pela lei; a Liga Operária acaba se reformulando e em 1913 estará participando do 2º Congresso Operário, promovido pela C.O.B., sob o nome de Centro Operário Sindicalista de Belo Horizonte, juntamente com o Sindicato dos Pedreiros e o Sindicato dos Carpinteiros de Belo Horizonte. A transformação da Liga em Centro Operário Sindicalista se dá após a greve de 1912 em Belo Horizonte (...).⁷⁰

A greve realizada em maio de 1912 teve duração de cinco dias e, após negociações, o operariado conseguiu a fixação da jornada de trabalho em oito horas, tanto para a construção civil como para trabalhadores de fábricas. Destaca-se novamente a figura de

Donato Donati, articulador da greve, que teve papel basilar enquanto interlocutor junto à Comissão de Negociação.

Em Minas Gerais, provavelmente em reflexo ao Primeiro Congresso Operário Brasileiro, organizou-se um congresso em 1907. O denominado Primeiro Congresso Operário Mineiro ocorreu na cidade de Sabará, entre os dias dois e seis de abril daquele ano. Em decorrência deste, o Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas foi criado como órgão "(...) defensor dos direitos das classes trabalhadoras do Estado"⁷¹.

De acordo com o jornal "O Confederal" (resultado da terceira conclusão do Congresso e publicação do Centro Confederativo), a finalidade do Congresso era "tratar da organização das classes proletárias do Estado e de estudar quaes os meios de que deve lançar mão o operariado, afim de conquistar o logar a que tem direito no convívio social, todas as associações operários conhecidas do Estado"⁷².

Associações de vários locais do Estado compareceram ao Congresso. De Belo Horizonte foram a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, o Centro Operário e a Confederação Auxiliadora. Alguns meios para solucionar o problema do operariado foram levantados, como a instrução dos operários e a eleição de representantes políticos. Este último traduz, em grande medida, a intencionalidade do movimento operário mineiro: a eleição de representantes "em todos os ramos dos poderes, pugnem pelos interesses do operariado"⁷³. O Congresso ostentava uma opção de ação do operariado diferente do anarco-sindicalismo.

A partir de 1912, o Centro Confederativo dos Operários (criado com o Congresso Mineiro de 1907) passou a se chamar Confederação Operária Mineira, e participou do Quarto Congresso Operário Brasileiro, em 1912.

O jornal "O Confederal" trazia diversas informações das associações para o operariado. Assim, a Confederação Auxiliadora dos Operários anunciava, no jornal de primeiro de junho de 1907, a mudança do nome para Liga de Resistência Operária. Isso porque havia uma entidade com denominação bastante similar, a Confederação Auxiliadora. A mudança ocorreu apenas na nomenclatura, continuando com as mesmas funções, notadamente de auxílio mútuo; os sócios pagavam mensalidades e podiam participar de assembléias, votar e serem votados, bem como receber os auxílios. Além disso, essa Liga promovia espetáculos para angariar fundos à "uma caixa de beneficencia em favor dos humildes e pequenos, colhidos nas malhas do sofrimento"⁷⁴.

Ainda em "O Confederal", de primeiro de julho de 1907, foi publicada a notícia de que a Liga resolveu suspender os auxílios por seis meses. E mencionava que as sessões da

mesma seriam realizadas no salão da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, o que denota a participação desta na Liga de Resistência Operária. Eliana Dutra aborda a Liga como uma sociedade de socorros mútuos, que pretendia também conciliar interesses entre patrões e empregados⁷⁵. Após o Congresso Mineiro sua presença tornou-se tímida, praticamente sem qualquer participação no movimento operário mineiro.

Em setembro de 1912, a Federação do Trabalho, liderada por Donato Donati, planejou a realização de um congresso mineiro que ocorreria em outubro do mesmo ano na capital mineira.

Na convocatória do congresso, a comissão organizadora ressaltava os ganhos que o operariado mineiro havia conseguido naqueles anos, como a fixação em nove horas da jornada de trabalho. Com a greve de 1912, os operários conseguiram, através de diálogos entre uma comissão dos operários e outra dos industriais, mediada por uma comissão arbitral que tinha como presidente Júlio Bueno Brandão, Presidente do Estado, que a hora de trabalho fosse fixada em oito horas.

A digna comissão arbitral, ouvidas as razões dos industriais e as dos grevistas, pronunciou, no dia 14 de maio, o seu laudo "reconhecendo a justiça da reclamação dos operários, resolvendo que o horário de 8 horas entrará em vigor no dia 16 de agosto próximo, para todas as indústrias".⁷⁶

Nessa convocatória, vários aspectos reformistas podem ser salientados como, por exemplo, a exaltação da figura do Presidente do Estado e a relevância de se conseguir vitórias utilizando "meios pacíficos, recorrendo ao princípio de arbitragem"⁷⁷. Outrossim, comunicava acerca da reorganização da Federação do Trabalho (criada em 1909) destacando suas finalidades:

- a) Resistir às crescentes exigências do capital.
- b) Promover a redução dos horários de trabalho e aumento dos salários.
- c) Trabalhar pelo barateamento dos gêneros de consumo e dos alugueis das habitações.
- d) Favorecer a constituição de cooperativas, e ajudá-las a se desenvolverem.
- e) Trabalhar para que os governos e os poderes públicos, de qualquer categoria, adotem leis e providências favoráveis ao proletariado.
- f) Promover a elevação intelectual e moral do proletariado, com livros, opúsculos, conferências e escolas.
- h) Organizar as classes operárias do Estado de Minas Gerais, promovendo, em todas as cidades e localidades, a fundação de sociedades com fins idênticos aos que aqui estão especificados.
- i) Reunir numa grande confederação as diversas sociedades, para imprimir ao movimento proletário, em Minas, o indispensável caráter de UNIDADE NOS FINS E NO MÉTODO DE TRABALHO.⁷⁸

Em seguida, a circular tratava da realização do congresso, no qual seriam discutidos assuntos eminentemente ligados ao operariado como os "salários, horários, auxílios mútuos, legislação social, meios de resistência e de conquistas política operária e instrução"⁷⁹.

Parece trivial a similitude dos nomes das associações. Como exemplo, podemos citar a existência de quatro ligas: Liga Operária criada em 1900 (que depois passou a ser conhecida como Centro Operário Sindicalista de Belo Horizonte), Liga Operária Mineira, que por escassez de informações não sabemos se era a mesma de 1900, Liga de Resistência Operária de 1907 (ex-Confederação Auxiliadora dos Operários), e Liga das Classes Operárias de Minas Gerais (1917).

A respeito da Liga Operária Mineira, encontra-se na documentação da Secretaria do Interior um ofício datado do ano de 1914 destinado ao Secretário do Interior de Minas Gerais solicitando subvenções estatais, que haviam sido concedidas pelo Congresso Mineiro em virtude da lei orçamentaria do Estado⁸⁰.

Conforme mencionado, não sabemos se essa liga corresponde a de 1900, uma vez que Eliana Dutra cita que, em 1913, a Liga Operária participou do Segundo Congresso Operário já com o nome de Centro Operário Sindicalista de Belo Horizonte⁸¹. Podemos levantar algumas hipóteses como o reaproveitamento do papel timbrado em nome da Liga Operária Mineira, a não-legalização do novo nome ou, ainda, compor uma outra liga. De qualquer modo, percebemos o vínculo existente entre a Liga Operária Mineira (em 1914) e o Estado, que dava subvenções.

Em decorrência das semelhanças, ocorriam trocas das designações como, por exemplo, de Confederação Auxiliadora dos Operários para Liga de Resistência Operária.

É indubitável que a atividade operária se caracterizava pelo sindicalismo “amarelo” em Minas Gerais. Esse movimento operário tinha uma concepção de consciência de classe que tornava-se patente quando das ações em prol do operariado e a partir das experiências de luta dos atores sociais. A resistência se dava em um campo mais diferenciado, de negociação com as autoridades, através de métodos de ação distintos dos da ação revolucionária, mas com o mesmo fim: a resistência ao patronato.

Essa diferenciação na forma de ação não significava que esse movimento operário não apresentava uma compreensão de consciência de classe. É comum o estabelecimento dessa distinção na historiografia entre os que possuíam consciência de classe – vermelhos – e os que não possuíam – os amarelos, caracterizados como indivíduos alienados, sem consciência⁸².

Não há indícios de que tenha existido em Minas Gerais qualquer discriminação à relação do movimento operário com o Estado. A conciliação com o Estado era vista de forma positiva, desde que as decisões favorecessem os trabalhadores. A comissão organizadora do pretendido congresso mineiro de 1912, por exemplo, mencionava na circular que, para

realização do mesmo, solicitaria junto ao governo facilidades ferroviárias, entre outras, para minimizar custos dos operários.

O congresso planejado para agosto ou setembro, porém, não se realizou, limitando-se ao campo das idéias. Possivelmente devido a execução do Quarto Congresso Operário Brasileiro, reunido no Rio de Janeiro em setembro do mesmo ano, no qual a Federação do Trabalho participou com a representação de Donato Donati, que foi redator deste.

Outra liga foi criada no ano de 1917. Era a Liga das Classes Operárias de Minas Gerais, que tinha como pressupostos a criação de cooperativas de consumo agrícola, a instrução aos órfãos filhos de operários, o amparo a menores necessitados, e o "desenvolvimento agrícola e povoamento dos campos"⁸³.

Em dezembro de 1917, a Liga convocou operários para um congresso que se realizaria na capital mineira no mesmo mês. Com propostas reformistas como, por exemplo, a criação de um crédito agrícola, a entidade convidou operários e políticos influentes do período, como Antônio Carlos e Maurício de Lacerda, para participar do congresso. Após sucessivos adiamentos, não existe qualquer indicativo de que o congresso tenha se realizado.

Uma outra importante vertente do movimento operário mineiro foi o sindicalismo católico. Nesse contexto salienta-se a atuação da Confederação Católica do Trabalho "composta de 18 sindicatos de classe, todos de ideologia cristã (...)"⁸⁴. Eliana Dutra menciona a Confederação como uma das associações existentes entre os anos de 1917 e 1930 em Belo Horizonte⁸⁵.

Não foi outro o comportamento da Confederação Católica do Trabalho, que aglutina em torno de si a quase totalidade dos sindicatos e associações de classe de Belo Horizonte nos anos 20, fortalecendo a tendência, já forte entre as associações existentes, de se recorrer do Estado quando se faziam necessárias medidas que beneficiassem os trabalhadores da cidade. A Confederação ia mais além, agindo de comum acordo com os poderes públicos e os seus representantes. A Confederação foi sem dúvida alguma a entidade sindical mais poderosa da cidade em número de sindicatos filiados e sócios sindicalizados: 18 sindicatos de classe e 900 sindicalizados.⁸⁶

O jornal "O Operário", órgão da Confederação Católica, funcionava como veículo de informação entre esta e os operários que seguiam essa corrente do movimento operário. Funcionou semanalmente ao longo da década de 1920.

Logo no primeiro número do jornal foram anunciados os objetivos da Confederação, que eram: "Fidelidade do homem para com Deus(...)"; ação operária segundo os princípios da Encíclica *Rerum Novarum*; "Toda ação operária tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociais; que a solução da questão operária não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas";

e “Toda a ação operária tem de desenvolver-se dentro do respeito ao principio de autoridade, sem violencia, sem attentar contra a ordem social e politica”⁸⁷.

Contém, ainda nesse número, uma saudação às associações operárias, donde percebemos a Confederação enquanto componente de um movimento operário caracterizado por auxílios aos operários, bem como por negociações com o Estado em defesa dos interesses do operariado.

(...) os mais affectuosos cumprimentos às associações operarias e de funcionarios que tantos e tam relevantes serviços prestam ao mundo trabalhista, por meio do socorro mutuo.

Os beneficios em casos de moléstia, velhice e morte enxugam as lagrimas, suavizam as dores e diminuem a miseria.

Em Bello Horizonte, felizmente, tem institutos modelares neste genero, creados pelo espirito de sacrificio e conservados pela pertinacia e competencia de verdadeiros benemeritos.

A esses institutos, a Confederação hoje sauda effusivamente, collocando aoseu lado para bem de todos!⁸⁸

A Confederação Católica seguia os pressupostos da Encíclica *Rerum Novarum*, que pretendia atacar o comunismo e o anarquismo entre os operários, ou seja, tentava minar a ação dessas tendências do movimento operário levando para seu jugo os operários.

A encíclica papal *Rerum Novarum* foi editada pelo papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891. Em linhas gerais, a encíclica reforçava o direito à propriedade privada e a necessidade de harmonia entre as classes sociais, ao apontar a ação católica como uma prática regeneradora dos malefícios do liberalismo moderno. A *Rerum Novarum* condenava as idéias socialistas e anarquistas. Na medida em que defendia a propriedade e a harmonia entre as classes, a encíclica julgava serem essas ideologias desordeiras e agressoras ao direito de propriedade do indivíduo. Cinco temas de maior importância discutidos na encíclica são (...): o corporativismo, a harmonia e a cooperação entre as classes, a propriedade privada, o papel do Estado na sociedade moderna e, por último, a crítica ao socialismo, que perpassa todos os anteriores.⁸⁹

A Confederação buscou harmonizar os interesses da classe operária com o poder do Estado, realizando propostas junto a este com o intuito de melhorar as condições de vida do trabalhador. Tentava amenizar os efeitos gerados pelo capitalismo (desemprego, carestia da vida etc) que atingia diretamente o operariado, sem, no entanto, propor a destruição desse modo-de-produção, tal como pressupunha o anarquismo e o comunismo.

Para ampliar suas ações, a Confederação criou nove comissões com a intenção de moralizar o operariado, disseminando, ao mesmo tempo, a doutrina cristã. São as comissões: fé e moral; obras de piedade e culto; santificação das famílias; vocações sacerdotais; imprensa; repouso dominical e dias santos; caridade e assistência popular; escolas; e obras sociais e operárias.

No caso de Belo Horizonte, essa vertente católica adquiriu grande força, possivelmente pelo fato do movimento operário não ser caracterizado pelo comunismo e anarquismo. De acordo com Carlos Veriano:

Não acreditamos que somente o discurso católico possa ser o único ou o melhor agente mobilizador das classes pobres para conquista de seus direitos sociais e políticos. Porém, é necessário considerar que esse discurso dirigido à defesa das classes pobres tenha sensibilizado de forma singular o imaginário dessa gente operária, no sentido de explorar uma outra forma de consciência que não passe diretamente pela noção de revolução proletária.⁹⁰

A Confederação Católica continuou atuando ao longo da década de 1930. Todavia, com a mudança de tática da Igreja – que criou diversas organizações de cunho mais específico, esse movimento cristão perdeu, em grande medida, sua força junto aos trabalhadores.

Se por um lado, no início do século XX, em algumas cidades como São Paulo, verificava-se o predomínio no movimento operário das tendências anarquista e comunista, em outras localidades, como é o caso de Belo Horizonte, percebemos uma outra forma de movimento operário, baseada no mutualismo, no sindicalismo católico, os quais privilegiavam acordos na esfera estatal e privada (com os empresários) como meios de ação possíveis de conquistas para o operariado.

A SOCIEDADE OPERÁRIA ITALIANA DE BENEFICÊNCIA E MÚTUO SOCORRO

Em 1893, o Congresso Mineiro, reunido em Sabará, decidiu pela mudança da capital, que até esse momento localizava-se em Ouro Preto. Várias cidades foram indicadas, e o Congresso optou pelo Curral del Rei, conhecido também como o Belo Horizonte.

Art. 1º – Fica designado o Belo Horizonte para ali se construir a Capital do Estado.

Art. 6º – Fica determinado o prazo mínimo de quatro (4) anos para a definitiva transferência do Governo para a Nova Capital.⁹¹

Em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital já com diversas construções, estabeleceu-se na então denominada Cidade de Minas. Somente com o decreto nº 302, de julho de 1901, a capital oficializou-se com o nome de Belo Horizonte. Foi necessário para a construção dessa nova cidade, mão-de-obra hábil e suficiente, donde destacaram-se os imigrantes italianos.

No mês de fevereiro de 1896, o jornal “Bello Horizonte”, destinado a informar acerca dos andamentos da construção de Belo Horizonte, notificou a “belíssima idéia” da fundação de uma sociedade beneficente operária com a finalidade de “socorrer aos pobres que se

acharem enfermos e sem recursos para se tractarem"⁹². Essa sociedade poderia tratar-se do Centro Operário Beneficente (fundado em 1896), da Sociedade Cooperativa e Mútuo Socorro União Operários Italianos⁹³, ou ainda, da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro.

E em março de 1896, o jornal divulgou, de fato, a criação da Sociedade Operária Italiana:

Alguns italianos deste lugar tratam, actualmente, da fundação de uma sociedade de socorros mútuos, afim de que fiquem prevenidas algumas eventualidades que lhes possam sobrevir. Para este fim distribuíram boletins convidativos. Estimamos bastante que esta ideia vá avante e que torne-se um facto.⁹⁴

O jornal "Minas Gerais", de setembro de 1897, publicou na seção "Notícias Diversas" que em "Belo Horizonte, a colonia italiana trata da fundação de uma sociedade de beneficencia e socorros mutuos, já se tendo para esse fim organizado uma commissão directora provisoria"⁹⁵. Todavia, a fundação da Sociedade estava sendo preparada desde o ano de 1896. Segundo Barreto:

(...) naqueles dias [de março de 1896] lançavam as bases da Societá Operaria Italiana de Beneficenza e Mutuo Soccorso, em uma reunião efetuada a 31 de março, por numerosos membros da colônia. Nessa reunião ficou resolvido que em uma outra assembléia, com o maior número possível de filhos da Itália, se escolheria o conselho diretivo e seriam aprovados os estatutos da sociedade (...). A comissão organizadora era composta dos Srs. Luís Olivieri⁹⁶, Nicola Marini Luigi Capobianchi. A sociedade ficou definitivamente fundada 21 de agosto de 1897, presidida, então, pelo Sr. Donato Donati, tendo como secretário o Sr. Nicola Marini. E foi assim que nasceu a benemérita associação (...).⁹⁷

De acordo com os estatutos, em 22 de agosto de 1897 a Sociedade Operária Italiana constituiu-se enquanto associação civil. Foi fundada antes mesmo de Belo Horizonte, inaugurada em dezembro do mesmo ano. Essa antecipação sobreveio, provavelmente, devido ao estímulo dado a imigração no momento de construção da capital e a consequente organização desses imigrantes em associações.

Podemos apontar dois motivos para o incentivo à imigração. O primeiro e mais prático seria a utilização da mão-de-obra para a construção da nova capital; e o segundo perpassa pela idéia do branqueamento e civilização da população da cidade através desse povoamento imigrante.

Dessa forma, não é por acaso que surgiu uma sociedade autodenominada "operária". Isso porque foram, em grande medida, os imigrantes que trabalharam como operários na construção da capital. De acordo com Eliana Dutra, a classe operária surgiu com a necessidade de mão-de-obra "nas diversas construções da nova cidade"⁹⁸. E, grande parte

dessa mão-de-obra era constituída por imigrantes italianos. A historiadora menciona, ainda, que foram os imigrantes os primeiros a criarem associações assistencialistas; e Grossi e Faria acrescentam que os imigrantes italianos foram os primeiros a se organizarem⁹⁹.

A criação de associações pode ser entendida como uma forma de identidade enquanto imigrantes e operários que, em um mundo desconhecido, percebiam a solidariedade como um importante recurso. Era também uma forma de defesa de seus interesses de classe, do operariado belorizontino.

(...) o nome das associações indica a criação e a mobilização de uma identidade social, reconhecida entre os associados pelas outras associações e por outros setores da sociedade. (...) essas identidades possuíam dinâmicas próprias de definição e reprodução (...).¹⁰⁰

A Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro apresentava como finalidades, em seus estatutos, a assistência médica, hospitalar e farmacêutica a seus sócios, bem como a manutenção de uma Caixa de Socorros para auxílio pecuniário em caso de emergência e providências no enterro dos sócios¹⁰¹.

Os sócios deveriam ser italianos e filhos de italianos, que tinham como obrigação o pagamento de uma jóia no momento de entrada na Sociedade e de uma mensalidade para usufruir dos benefícios, e teriam, igualmente, que respeitar os estatutos e o regimento, e zelar pela ordem e harmonia.

Além dos benefícios materiais, os sócios tinham o direito ao voto e de participar da assembleia, que era considerado o órgão máximo, no qual todas as decisões passariam por esta, desde a eleição de membros da diretoria e do Conselho Administrativo até a aprovação de estatutos, regulamentos etc.

O estatuto menciona, ainda, que deduzidas as despesas básicas com a prestação dos auxílios¹⁰², a Sociedade utilizaria o restante do dinheiro com despesas farmacêuticas, manutenção da Caixa de Socorro, e conservação do patrimônio.

Com relação a permanência da Sociedade, os estatutos tratam que quando o número de sócios fosse inferior ao número de membros da diretoria, esta seria extinta. Nesse caso, seus bens passariam a mais antiga sociedade italiana que existisse em Belo Horizonte. E na ausência desta, seria repartido igualmente entre a *Croce Rossa Italiana* e a Cruz Vermelha Brasileira.

No que se refere a participação da Sociedade Operária Italiana no movimento operário mineiro, compôs, em 1900, a Liga Operária (composta majoritariamente por italianos); em 1907, a Liga de Resistência Operária (ex-Confederação Auxiliadora dos Operários), a qual

utilizava o salão da Sociedade para realizar reuniões; e possivelmente, a Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais, em 1912. Esta última participou do Quarto Congresso Operário Brasileiro no ano de 1912.

Percebe-se, dessa forma, que a Sociedade Operária Italiana integrou um movimento operário diferenciado, tendo-se em vista que todas as organizações mencionadas e o Congresso apresentavam caráter “amarelo”, ou seja, defendiam os interesses da classe operária de forma mais “pacífica”, através de negociações com o poder público, por exemplo.

Posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, após o ataque ao navio “Taubaté” na costa brasileira, o presidente Vargas promulgou o decreto-lei 4.166, de março de 1942. Com esse decreto, os bens de italianos, alemães e japoneses foram confiscados como forma de amenizar os prejuízos gerados pelo ataque.

Os bens da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro foram apropriados pelo governo. A sede da Sociedade transformou-se em Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e todos os arquivos foram apreendidos. Grossi e Faria mencionam que “seus arquivos foram destruídos quando da queda do regime fascista”¹⁰³.

AMARELOS *VERSUS* VERMELHOS: REFORMISMO OU REVOLUÇÃO NO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO?

Afirmar a existência de uma uniformidade no pensamento das associações de socorro mútuo é um tanto quanto arriscado. Dizer que uma sociedade de mútuo socorro era socialista-reformista, por exemplo, seria uma negligência, já que agrupava diversos membros, cada um com sua ideologia. A Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, por exemplo, agrupava indivíduos de mesma nacionalidade, a italiana, reforçando, assim, a identidade. Mas essa identidade era étnica e não ideológica, reunindo indivíduos de ideologias variadas.

Ângelo Trento afirma a necessidade dos italianos de reunirem-se em associações “com fins predominantemente de mútuo socorro”¹⁰⁴. Surgiram associações com esse caráter em diversas regiões do país e em outros países do continente americano como Argentina, Chile, Uruguai e Estados Unidos (ver Tabela 6). Segundo o autor, as associações desses outros países apresentavam mais “vitalidade”, até mesmo em países aonde a imigração italiana se deu em menor escala, se comparados os dados com o Brasil¹⁰⁵. Uma possível razão atribuída a essa fragilidade associativa nacional seriam os embates ideológicos entre as associações ou entre os membros destas. Um evento esclarecedor desses conflitos ocorreu em Piracicaba, no

ano de 1910, no qual o XX de Setembro¹⁰⁶ não foi comemorado em virtude da "(...) diretoria da sociedade de mútuo socorro local, em mãos de clericais, (...) celebrar a ocorrência com uma missa na sede social, provocando, naturalmente, a ira dos leigos"¹⁰⁷.

TABELA 6
Sociedades italianas no Brasil – 1880-1923

ESTADOS	1880		1896		1908		1923	
	N.º	SÓCIOS	N.º	SÓCIOS	N.º	SÓCIOS	N.º	SÓCIOS
Bahia					1	56		
Minas Gerais					24	1.442	14	
Paraná					7	973	16	
Santa Catarina					6	332	2	
Pernambuco					3	65	2	
Rio Grande do Sul					53	3.174	45	
Rio de Janeiro					9	926	6	
São Paulo					170	8.213	94	
Espírito Santo					4	169		
Pará							3	
BRASIL	5		98	9.020	277	15.890	182	14.418
ARGENTINA	16		302	124.543	317	125.736	412	146.764
CHILE	3		22	2.537	46	2.640		
URUGUAI	12		52	11.436	23	3.414		
ESTADOS UNIDOS	20		427	31.143	394	43.462	3.014	322.579

Fonte: P. Corte. *Voti e speranze delle colonie italiane all'estero*; G. Prato. *La tendenza associativa fra gli italiani all'estero nelle sue fasi più recenti*; Elenco delle Società italiane all'estero; CGE. *L'emigrazione italiana dal 1910 al 1923*. In: TRENTO, 1989, p. 173.

Se o conflito ocorria em esferas menores, como na sociedade de mútuo socorro de Piracicaba, na relação entre as associações a situação não era muito diferente.

Um bom exemplo dessa dificuldade em se harmonizar ideologias e doutrinas existentes foram os contínuos fracassos em tentar organizar uma federação composta por sociedades de mútuo socorro existentes no país, tal como fizeram posteriormente os "sindicatos de resistência" com a COB.

Cinco foram as tentativas, sendo a primeira em 1884 "quando 242 expoentes da colônia italiana de São Paulo se reuniram no teatro São José para propor um pacto federativo. Os resultados foram nulos e as rivalidades acabaram por explodir com grande amplitude (...)"¹⁰⁸. Outra tentativa foi no ano de 1890 através de um "comitê promotor de um congresso de italianos no Estado de São Paulo", sem êxito como a primeira¹⁰⁹. Também existem notícias de uma tentativa do *II Circolista* do Rio de Janeiro.

Mas em maio de 1904, um congresso reunido novamente em São Paulo, pela associação italiana *Galileo Galilei*, agrupou representantes de 98 associações e outros provenientes de escolas, jornais, além de 265 particulares¹¹⁰.

Se o encontro tinha uma qualidade, era do pluralismo: houve lugar para todas as facções regionais e políticas, desde o clero (De Rosa) aos socialistas (Ernestina Lesina, Piccarolo, Ramenzoni) e aos anarquistas (Ristori). Durante os cinco dias foram enfrentados vários temas: relações políticas e jurídicas dos italianos residentes no Brasil com a mãe-pátria e com o país de adoção, educação e instrução (particularmente os meios para difundir a língua e a cultura italianas), beneficência e assistência, previdência, mutualismo e cooperação, comércio e indústrias italianas no Brasil, imigração e colonização.

A pauta final foi aprovada por 73 votos a favor, 6 abstenções e 19 contra (entre os quais os dos que estavam ligados ao movimento operário: Lesina, Piccarolo, Battelli, Ramenzoni e Ristori), após uma ampla e inflamada discussão devido às diferentes

posturas que as várias correntes tinham em relação ao problema. (...). Em todo caso, também o congresso de 1904 não deu em nada e marcou o fim de qualquer tentativa de agremiação federativa (...).¹¹¹

Quase duas décadas depois, no ano de 1923, o Brasil sediou o II Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social – a última tentativa. Representantes de várias mutuais foram enviados. Apesar da escassez de informações, sabemos que o evento dividiu-se em cinco sessões: mutualidade, cooperação, seguros, previdência social e higiene social.

Essa complexidade também se desenvolveu em Minas Gerais. Apesar de certo predomínio de associações de mútuo socorro, se comparadas com as sindicais, no movimento operário mineiro alguns membros de associações participavam de outras. Um exemplo disso é Donato Donati, que integrou associações mutualistas (como a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro), ligas operárias, e greves, como a de 1912, em Juiz de Fora. Além disso, Donati participou da fundação da União Espírita Mineira, em 1908, o que reforça esse quadro complexo e multiforme.

As sociedades de socorro mútuo quando não antecederam, foram contemporâneas ao surgimento de grupos sindicais. Cabe aqui tratarmos separadamente de algumas ideologias existentes no movimento operário brasileiro e sua relação com o mutualismo.

Apesar de não ter sido o único ideário desenvolvido nas sociedades de socorros mútuos, podemos dizer que o socialismo era bastante discutido nestas. Segundo Adhemar Lourenço da Silva Júnior, como essas associações se relacionavam com a questão do trabalho, era normal o “debate sobre a possibilidade de incorporá-las a alguma plataforma socialista”¹¹².

Entretanto, entre os socialistas as opiniões eram as mais variadas possíveis: desde William Morris, que criticava as sociedades de socorro mútuo – bem como os sindicatos – por serem organizações que “apenas mascaram a exploração da classe”¹¹³, até grupos de orientação marxista-socialista, que em vários países fundaram sociedades de socorros mútuos.

Com efeito, a partir da segunda metade do século XIX, muitos dos grupos socialistas vão atuar em (ou constituir) entidades como as que aqui interessam. Judeus socialistas nos Estados Unidos e Canadá constituíram mutuais sob o nome de Arbeiter Ring. Na Itália, também era grande a atividade socialista na tentativa de liderarem as sociedades de socorro mútuo, que, amiúde, serviam para expandir sua área de influência eleitoral. Em Portugal, não eram as mutuais, mas as cooperativas que eram “glorificadas” pelo movimento operário reorganizado por marxistas em 1895, e essas outras entidades teriam se beneficiado da reorientação da poupança popular antes absorvida pelas sociedades de socorros mútuos. Na Alemanha, na década de 1860, os marxistas desprezavam o mutualismo, ao passo que Ferdinand Lassalle e seus *Allgemeine deutsche Arbeitervereine* estruturavam-se principalmente como mutuais.¹¹⁴

Contudo, o mesmo autor afirma que o Congresso de Eisenach, em 1869, quando grupos partidários de Marx e dissidentes de Lassalle originaram o Partido Social-Democrata, admitia a necessidade da criação de sociedades de socorros mútuos "to prepare their members for socialism"¹¹⁵.

Existiram vários partidos socialistas ou, pelo menos, tentativas de criá-los no Brasil. Dentro do pensamento socialista haviam os que eram favoráveis a utilização das sociedades de socorro mútuo. De acordo com Luigi Biondi:

Estes socialistas, apesar da predominância dos sindicalistas revolucionários nas diretorias das ligas operárias, continuaram muito presentes na organização interna dos sindicatos, assim como na realização de todas as atividades relacionadas às ligas, desde a elaboração das estratégias de greve até o apoio aos movimentos grevistas, através de seus grupos políticos e das sociedades mutualistas nas quais eram os principais dirigentes.¹¹⁶

Um socialista que participou ativamente do movimento operário de Minas Gerais foi Donato Donati¹¹⁷, primeiro diretor da Sociedade Operária Italiana, integrou, também, ligas operárias, greves e congressos. Donati percebeu a situação do operariado da seguinte forma:

Suponhamos, por um instante, a possibilidade de uma melhoria notável da qualidade moral da massa, sem pegar a arca santa da propriedade privada e das leis que a regulam. Os ricos, transformados caridosos e cheios de ternura contra os pobres, sentiriam o imperioso dever moral de considerarse como simples depositários e administradores das riquezas confiadas a eles por Deus para repartir os frutos entre os seus irmãos necessitados. Obedecendo a esse sentimento, reservam para si o quanto basta para um estilo de vida decente e modesto, sem luxo e sem abundância, e o resto o empregaremos em benefício dos necessitados. Quais seriam as conseqüências imediatas de um procedimento similar generalizado? Evidentemente resultaria numa quase igualdade econômica que destruiria de fato aquele direito de propriedade que se quer salvar a todo custo, introduzindo uma espécie de sociedade que não se diferenciaria da verdade que para a hipocrisia de um respeito vão por instituições jurídicas não mais correspondentes à realidade das coisas. Em cada hipótese, portanto, os venturosos da caridade se iludem e iludem. Se a humanidade não melhora moralmente, a caridade permanecerá no futuro, como foi no passado, um paliativo ineficaz: conduzirá inevitavelmente de fato ao socialismo, aquele socialismo em que os negros e seus seguidores e afins combatem com ardor tão enfurecido que faz supor uma meta qualquer não confessada mas que, seguramente, não é o amor ao próximo. Entretanto, é necessário dizer, essa caridade não é a verdadeira caridade, não é a caridade de Jesus e de São Francisco de Assis, mas é somente uma vergonhosa caricatura.

A verdadeira caridade é sinônimo de irmandade e de amor; a caridade vulgar é sinônimo de esmola, daquela esmola que humilha quem a recebe e incha de insensato orgulho com aqueles que a fazem. Leia-se o capítulo 13 da primeira aos Coríntios de São Paulo, e se terá a verdadeira definição da caridade.

Devo fazer notar que, combatendo o conceito da caridade que vem apresentado dos seus venturosos, estão bem longe de criticar o exercício da caridade que, nas atuais condições, serve bem a suavizar qualquer dor e a cicatrizar alguma ferida. As pessoas verdadeiramente caridosas merecem o aplauso e a estima de todos.¹¹⁸

Esse representante do movimento operário mineiro percebia a "caridade", o auxílio, através da prática das sociedades de socorro mútuo, como uma maneira de amenizar a

situação miserável em que o operário encontrava-se. Mas essa simpatia à prática mutualista não se alastrava a todos os socialistas. Alguns percebiam essa prática como desnecessária, já que "(...) os socialistas poderiam conceber as práticas de socorro mútuo como um avanço a prejulgar outros ou, ao contrário, como energia despendida à-toa"¹¹⁹.

A divergência não se dava somente com relação ao posicionamento perante o mutualismo; alastrava-se também para as formas da ação socialista. Algumas personalidades demonstram esses conflitos internos ao socialismo, como Alcibiade Bertolotti e Antonio Piccarolo, ambos de tendência mais reformista e de idéias moderadas, e Alceste de Ambris, marcado pelo seu radicalismo, que entrou até mesmo em conflito com Bertolotti.

Já os anarquistas não eram afeitos a prática mutualista, pensamento explicitamente abordado nos Congressos Operários Brasileiros. Adotavam uma linha ideológica que se caracterizava pelo antimilitarismo, anticlericalismo, uma postura apolítica e sindicalismo revolucionário.

Trazido pelos imigrantes do sul da Europa, o anarquismo predominou no início da industrialização brasileira. Mas cabe aqui uma diferenciação dos conceitos de "anarquismo" e "anarco-sindicalismo". Dessa forma, "o movimento anarquista não é exclusivamente uma organização de operários para operários, é a ação de indivíduos que se opõem e dão combate ao capitalismo (...)"¹²⁰. Já o anarco-sindicalismo era uma "corrente sindicalista (...)" ao mesmo tempo uma doutrina e um método de luta"¹²¹.

Por outro lado, a tendência católica entrou na disputa do movimento operário a partir do final da Primeira Guerra Mundial, principalmente na década de 1920. Aceitava o capitalismo, apesar de admitir alguns retoques. Segundo Giannotti, "O objetivo do sindicalismo, para os católicos dessas décadas, era diminuir a dominação e exploração"¹²². A vertente católica não pretendia a destruição do capitalismo, mas sim a consolidação de algumas reformas com o intuito de amenizar os males gerados por esse modo-de-produção e que atingiam o trabalhador.

Outra tendência do movimento operário brasileiro, a partir da década de 1920, foi a fascista. Com a subida de Mussolini ao poder na Itália com a famosa Marcha sobre Roma, no ano de 1922, percebemos no Brasil uma influência e reflexo direto do fascismo, provavelmente pela grande quantidade de imigrantes italianos concentrados nesse país. Trento percebe que o Partido Nacional Fascista (PNF) tinha o propósito de promover ações que identificassem a nacionalidade dos italianos que viviam fora da pátria com o fascismo"¹²³.

Essa intenção e a ação para agrupar os italianos em torno do fascismo se deu de modo nada democrático. Os fascistas, muitas vezes, utilizavam de estratégias violentas sem deixar,

no caso das associações, muitas escolhas: ou sujeitavam-se imediatamente ao PNF ou toleravam ações violentas, boicotes, pressões, para em seguida, se submeterem.

Essa cooptação fascista pode ser ilustrada com a experiência do "Circolo Italiano", em São Paulo. Desde 1923 os fascistas tentavam submeter essa associação ao seu domínio ideológico. No ano de 1925, em discurso do embaixador da Itália no "Circolo", membros antifascistas da associação interromperam o discurso aos gritos de 'Viva Matteotti'¹²⁴. Em contrapartida, iniciou-se um boicote a essa associação e "quando De Pinedo¹²⁵ veio a São Paulo, os fascistas locais impediram-no de participar de uma recepção que o "Circolo" lhe ofereceu"¹²⁶. Mas, após uma severa estratégia de criação de conflitos internos produzindo, assim, condições de se implantar o fascismo na associação, o cônsul italiano na época, Mazzolini, conseguiu submeter aquela associação ao jugo fascista quando dispôs um homem de sua confiança na presidência da mesma. Segundo Trento,

A partir daquele momento, a velha associação tornou-se um baluarte do PNF, que começou a realizar nela as suas reuniões, a partir de dezembro de 1928, e em pouco tempo transformou-se no centro da atividade do partido.¹²⁷

Essa cooptação mais ou menos radical se deu também na imprensa, conseguindo para o jugo fascista importantes jornais como, por exemplo, *Piccolo* e *Fanfulla*, antes jornais socialistas.

Outros jornais apresentavam idéias fascistas espontaneamente, dentre eles, *La Squilla* e *Araldo Italiano*, ambos de Belo Horizonte.

Pouco sabemos sobre a atuação fascista em Minas Gerais. Podemos apontar apenas alguns indícios da presença dessa ideologia. No *Diário da Manhã*, jornal de Belo Horizonte, de 28 de outubro de 1927, a manchete anunciava: "A 28 de outubro de 1921¹²⁸, o maior dos italianos, de todos os tempos, entrava triunfalmente em Roma". A reportagem (ver Figura 1) narrava:

O Diário da Manhã, em homenagem aos dignos e empreendedores filhos da gloriosa Itália, domiciliados em Belo Horizonte, rendendo um preito de admiração a gigantesca e fecunda obra do povo italiano, sintetizada na ação eminentemente patriótica de Benito Mussolini, il Dulce, dá hoje uma edição especial, comemorando a maior e mais brilhante data do Fascismo – a entrada triunfal (...) dos "camisas pretas", na Cidade Eterna.¹²⁹

Nas páginas do jornal eram exibidas diversas imagens de personalidades¹³⁰. Encontrava-se, entre estas, uma dos membros da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, intitulada "Reunião solemne do Fascio em Bello Horizonte", com a seguinte legenda: "Aspecto do salão nobre da sede da 'Societá Italiana de

Beneficenza', de Bello Horizonte"; o que nos permite relacionar esses membros da fotografia ao fascismo italiano (ver Figura 2).



Figura 1: Edição do *Diário da Manhã* em comemoração ao aniversário da Marcha sobre Roma.

Fonte: *Diário da Manhã*, Belo Horizonte, 28 out. 1928.



Figura 2: Fascismo em Belo Horizonte. Fonte: *Diário da Manhã*, Belo Horizonte, 28 out. 1928.

Outro jornal, o *Araldo Italiano*, era destinado a colônia italiana de Minas Gerais. Dessa forma, as reportagens referiam-se a assuntos pertinentes a colônia, desde as comemorações do 20 de Setembro ao anúncio de visitas de Mussolini a diversos locais, comemoração do aniversário da Marcha sobre Roma, entre outros. Com relação ao fascismo, o jornal se posicionava de modo favorável. Em reportagem de 18 de agosto de 1923 publicou:

Existem momentos na vida de um país nos quais parecem que toda a energia da raça se funde em uma só pessoa para fazer um verdadeiro símbolo nacional. Sem citar nomes e nações do passado, citaremos nos dias de hoje, o nome de Mussolini, a figura extraordinária que é de fato, agora, o símbolo nacional da Itália. Qualquer coisa que se diga, os seus gestos, suas palavras, sua energia, seu entusiasmo, sua fé, sua capacidade de trabalho, seu triunfo são aqueles da nova Itália, recursos ainda uma vez de um renascimento magnífico de nação consciente da sua grandeza, da sua civilização, da sua força.¹³¹

O jornal de dois de setembro de 1923 continha uma nota sobre a eleição da diretoria da Sociedade Operária Italiana (ver Figura 3), novamente relacionando a Sociedade ao pensamento fascista.



Figura 3: Nota sobre eleição na Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro.
Fonte: *Araldo Italiano*, Belo Horizonte, 02 set. 1923.

Parece complicado associar ideologias às mutuais. Podemos relacioná-las aos membros das associações e, mesmo assim, as fontes não permitem uma plenitude de informações, apenas nos dão idéias breves e, muitas vezes, fragmentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo sido secundarizado, de modo geral, pela historiografia das últimas décadas, o estudo do movimento operário, da classe operária e de suas manifestações sociais, políticas e culturais, continua sendo de grande importância para a História. Estudar a classe laboriosa do Brasil é essencial para compreendermos as conquistas trabalhistas, a questão da consciência de classe etc. E ainda estamos longe de esgotar as possibilidades de pesquisa sobre essa temática. Ao contrário do que se estigmatizou durante certo tempo, a história do movimento operário não limita-se às relações econômicas capitalistas e nem ao anarquismo e comunismo. Vai muito além; através dessa história, percebe-se toda a cultura operária, as relações sociais, econômicas etc.

Recentemente, parece ter havido uma retomada por parte de alguns historiadores¹³² dos estudos acerca do operariado, não se restringindo àquela "antiga" análise sobre anarquistas e comunistas, mas promovendo uma verticalização que busca compreender outros componentes (tão importantes quanto) da classe operária. Um destes seriam as associações mutualistas, relevantes contribuidoras para a história do movimento operário.

Através deste estudo, pôde ser analisada a atuação política da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro entre os anos de 1897 e 1945. Percebemos que mesmo o mutualismo tendo sido tratado como pré-história do movimento operário, as sociedades mutualistas, mais especificamente a associação analisada, apresentava consciência de classe enquanto uma reação de classe diante de determinada situação (econômica ou política) através de ações que buscavam solucionar problemas. Uma

consciência de classe não revolucionária, sendo as mútuas abrangedoras das diversas ideologias de seus membros.

Pudemos avaliar, também, a importância dessas sociedades a partir dos auxílios que supriam as necessidades dos sócios que, por sua vez, não eram atendidas pelo Estado. Nesse sentido, um recente texto de Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus aponta uma diferenciação da duração entre mutuais étnicas e não étnicas¹³³. As étnicas tendiam a ser mais duradouras "(...) tendo em vista o objetivo prioritário de consolidar e difundir as identidades étnicas, além de disponibilizar espaços de sociabilidade e lazer que relegavam à proteção social um caráter secundário"¹³⁴. Com a instituição do Estado previdenciário na década de 1930, as mutuais, ao que parece, tenderam ao esvaziamento "(...) na medida em que a principal função das sociedades de ajuda mútua era conferir socorros na ausência da proteção estatal (...)"¹³⁵.

Os autores reafirmam, ainda, a importância das sociedades de mútuo socorro na defesa dos anseios do operariado, e o não impedimento da dupla militância em associações mutualistas e sindicatos e partidos, simultaneamente¹³⁶.

O estudo acerca do mutualismo em Minas Gerais (e me arrisco a mencionar que em todo o país) está bem longe de ser esgotado. São inúmeras as possíveis análises e objetos de estudo. A Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro foi a análise de uma dessas possibilidades, uma tentativa de contribuir para a desconstrução do mito de que o mutualismo correspondia a pré-história do movimento operário e, também, para o pouco explorado movimento operário de Minas Gerais ao longo da República Velha e Estado Novo; ressalta-se que essa é apenas uma pequena contribuição diante das inúmeras possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. 134f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 2, 913 p.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 78 p.
- _____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Caderno AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, v. 6, n. 10/11. p. 43-67. 1999.
- _____. Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, 1990.
- BIONDI, Luigi. *Desenraizado e desintegrados*. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org>>. Acesso em: 04 jun. 2007.
- CASTRO, Manuel Manrique. *História do serviço social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 21-38.
- COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus Experiência: Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 29. p. 03-16. 1990.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 15-44.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas; Instituto Nacional do Livro (Brasil). *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. 225 p.
- FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Caderno AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, v. 6, n. 10/11. p. 173-218. 1999.
- FÜCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 259 p.
- GIANNOTTI, Vito. *Cem anos de lutas da classe operária no Brasil (1880-1980)*. Petrópolis: Vozes, 1988. 111 p.

- GROSSI, Yonne de Souza; FARIA, Maria Auxiliadora; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1982. p. 165-213.
- HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. 320 p.
- JESUS, Ronaldo Pereira de; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-51.
- LINDEN, Marcel van der (Org.). *Social security mutualism: the comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996. p. 13-14.
- LOWY, Michael (Org.). *Movimento operário brasileiro (1900-1979)*. Belo Horizonte: Vega, 1980. p. 11-51.
- LUKÁCS, György. A consciência de classe. In: LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Escorpião, 1974. p. 59-96.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 179 p.
- NOMELINI, Paula. C. B. . *Associações Operárias Mutualistas e Recreativas 1906-1930*. 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- _____. *Sociedade Humanitária Operária: o mutualismo no estudo da classe operária*. Campinas: Setor de Publicações IFCH - Unicamp, 2005 (Livro - Monografia). 133 p.
- OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Direito do trabalho e previdência social: estudos*. São Paulo: LTr, 1996. 184 p.
- RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979. 357 p.
- _____. *Os libertários: idéias e experiências anárquicas*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 81-122.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Anarquismo, sindicalismo e sociedades de socorros mútuos. In: VIII Encontro Estadual de História, 2006, Caxias do Sul. *VIII Encontro Estadual de História*. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- _____. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 2004. 574 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.

- _____. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889). *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 5, n. 2, p. 73-88, 1999.
- _____. Interesses espirituais e materiais nas sociedades de socorros mútuos. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. *Anais [do] XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz*. Londrina: Mídia, 2005.
- _____. *Nota preliminar sobre o mutualismo étnico e a esfera do trabalho (Rio Grande do Sul, séc. XIX)*. Disponível em: <<http://br.geocities.com/alslvajr2000/>>. Acesso em: 04 jun. 2007.
- _____. O anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-historiográfico. In: D'ANGELO, Ana Lúcia Velinho (Org.). *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995, v. , p. 151-159.
- TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989. 574 p.
- VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: cidade e política: 1897-1920*. 2001. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- VISCARDI, Cláudia. Mutualismo e Filantropia. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 18, p. 99-113, 2004.

Notas

- ¹ LINDEN, Marcel van der (Org.). *Social security mutualism: the comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996. p. 13-14.
- ² A crise das Bolsas de Trabalho pode ser atribuída a instituição da previdência social nesses países, que de certa forma assumiu funções que antes cabiam àquelas. Por outro lado, intensificava-se o sindicalismo de caráter anarquista e comunista, percebidos na Alemanha e Inglaterra como formas mais eficientes de combate ao capitalismo.
- ³ Cf. FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Caderno AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, v. 6, n. 10/11. p. 173-218. 1999.
- ⁴ SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889). *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 5, n. 2, 1999. p. 74-75.
- ⁵ BIONDI, Luigi. *Desenraizado e desintegrados*. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org>>.
- ⁶ Adhemar Lourenço da Silva Júnior, Alexandre Fortes, Cláudio Batalha e Cláudia Viscardi, só para citar alguns historiadores que criticam essa “teoria evolutiva”.
- ⁷ Cf. VISCARDI, Cláudia. *Mutualismo e Filantropia*. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 18, p. 99-113, 2004.
- ⁸ De acordo com as resoluções tomadas nos Congressos, o mutualismo era percebido como uma prática “dócil”, que facilitaria a imposição das condições dos patrões, e que no interior dos sindicatos atraía indivíduos interessados apenas em benefícios materiais, sem qualquer iniciativa política, minando, assim, a ação dos sindicatos.
- ⁹ Cf. SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Anarquismo, sindicalismo e sociedades de socorros mútuos. In: VIII Encontro Estadual de História, 2006, Caxias do Sul. *VIII Encontro Estadual de História*. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- ¹⁰ SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 2004. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre. p. 177.
- ¹¹ BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 2. p. 539.
- ¹² VISCARDI, Cláudia. *Mutualismo e Filantropia*. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 18, 2004. p. 100.
- ¹³ John W. F. Dulles, Sheldon Leslie Maram e Edgar Rodrigues são alguns estudiosos que supervalorizam a ação revolucionária.
- ¹⁴ Estatutos da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, Belo Horizonte, 1950.
- ¹⁵ Ibid.
- ¹⁶ Ibid.
- ¹⁷ VISCARDI, Cláudia. *Mutualismo e Filantropia*. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 18, 2004. p. 110.
- ¹⁸ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 72.
- ¹⁹ Esse era o caso do Club Beneficente Harmonia dos Artistas, no Rio Grande do Sul.
- ²⁰ A Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro persiste até os dias de hoje e sua grande dificuldade refere-se justamente a continuidade. Isso porque, ainda hoje, só italianos são aceitos. Tendo-se como base a pequena quantidade de imigrante italianos nos dias de hoje (e sua falta de interesse em participar de associações), aliada à senilidade de seus membros, a propagação da Sociedade tem sido uma tarefa bastante complicada.
- ²¹ Cf. SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 2004. 574f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.
- ²² Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. 225 p.
- ²³ Cf. GROSSI, Yonne de Souza; FARIA, Maria Auxiliadora; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1982. p. 165-213.
- ²⁴ Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. 225 p.
- ²⁵ O termo “beneficente” foi utilizado por Eliana Dutra em sua obra *Caminhos Operários nas Minas Gerais*.
- ²⁶ Cf. VISCARDI, Cláudia. *Mutualismo e Filantropia*. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 18, p. 99-113, 2004.
- ²⁷ *O Confederal*, Belo Horizonte, 02 maio 1907.
- ²⁸ BRASIL. *A constituição de 1891*. [Brasília]: PrND: MINTER, 1986. 46 p.
- ²⁹ Manuel Manrique Castro (1993, p. 30) percebe que na América Latina “a assunção, por parte do Estado, de gastos destinados a melhorar as condições da reprodução da força de trabalho e a aprovação de uma legislação trabalhista evidenciavam uma postura alternativa das classes dominantes”. Nesse sentido, o Estado “doava” uma legislação aos trabalhadores reproduzindo sua força de trabalho, e beneficiando, por outro lado, as classes dominantes.
- ³⁰ OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Direito do trabalho e previdência social: estudos*. São Paulo: LTr, 1996. p. 108.
- ³¹ BRASIL. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social. Rolo 082, Pasta 5219.
- ³² Ibid.
- ³³ BRASIL. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social. Rolo 056, Pasta 4184.

-
- ³⁴ Ibid.
- ³⁵ Ibid.
- ³⁶ Ibid.
- ³⁷ BRASIL. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social. Rolo 078, Pasta 5101.
- ³⁸ BRASIL. Decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 mar. 1942.
- ³⁹ Ibid.
- ⁴⁰ Ibid.
- ⁴¹ BRASIL. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social. Rolo 082, Pasta 5224.
- ⁴² BRASIL. *A Constituição de 1946*. Brasília: PrND: Fundação Projeto Rondon, [1987?]. 54 p.
- ⁴³ BRASIL. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social. Rolo 082, Pasta 5224.
- ⁴⁴ BRASIL. Decreto-lei 26.542, de 31 de março de 1949. Libera dos efeitos do Decreto-lei número 4.166, de 11 de março de 1942, bens pertencentes à Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, com sede em Belo Horizonte. *Diário Oficial da União*, Brasília, 02 abr. 1949.
- ⁴⁵ Entende-se por associações de resistência, sindicatos e organizações que reuniam trabalhadores de uma fábrica ou determinado ofício privilegiando a “ação direta”, ou seja, a promoção de greves, sabotagens, boicotes etc.
- ⁴⁶ Defendem essa idéia Vito Gianotti, John W. F. Dulles, Edgar Rodrigues, entre outros.
- ⁴⁷ O termo “fraternidade” foi utilizado por Vito Gianotti em seu livro *Cem anos de lutas da classe operária no Brasil (1880-1980)*.
- ⁴⁸ RODRIGUES, Edgar. *Os libertários: idéias e experiências anárquicas*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 82.
- ⁴⁹ Michel Lowy e os sociólogos Eder Sader e Hans Füchtner são alguns estudiosos dessa vertente historiográfica.
- ⁵⁰ LOWY, Michael (Org.). *Movimento operário brasileiro (1900-1979)*. Belo Horizonte: Vega, 1980. p. 12.
- ⁵¹ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, 1990. p. 119.
- ⁵² Ibid., p. 120-121.
- ⁵³ Ibid., p. 125.
- ⁵⁴ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Caderno AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, v. 6, n. 10/11. 1999. p. 56-57.
- ⁵⁵ LUKÁCS, György. A consciência de classe. In: LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Escorpião, 1974. p. 64.
- ⁵⁶ Ibid., p. 67.
- ⁵⁷ Ibid., p. 68.
- ⁵⁸ Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, Rio de Janeiro, 1906. In: HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 41-58.
- ⁵⁹ HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 41.
- ⁶⁰ A Lei Adolfo Gordo trazia diversas medidas repressoras ao movimento operário. Em decorrência desta, cerca de 130 estrangeiros foram expulsos do Brasil somente no ano de 1907.
- ⁶¹ Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro reunido nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 1913. Rio de Janeiro, 1914. In: HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 172-222.
- ⁶² DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 124.
- ⁶³ Cf. RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979. 357 p.
- ⁶⁴ As temáticas debatidas foram: 1 – Organização do proletariado; 2 – Oito horas de trabalho e descanso semanal; 3 – Indenização por acidentes de trabalho; 4 – Regulamentação nas fábricas; 5 – Limitação do trabalho das mulheres e dos menores; 6 – Seguro dos operários e trabalhadores contra prejuízos decorrentes de doenças e desocupação forçada; 7 – Pensões para velhos e inválidos; 8 – Contrato de trabalho e habitação para os operários e trabalhadores; 9 – Garantia dos salários; 10 – Salários máximos e mínimos; 11 – Alimentação pública; 12 – Instrução e educação do proletariado; 13 – Impostos públicos; 14 – Cooperativismo e produção. A Confederação Brasileira do Trabalho (partido político) foi criada, e escolheu Mário Hermes da Fonseca como presidente de honra; entretanto, o partido não realizou qualquer atividade prática, limitando-se somente a publicação de seus estatutos.
- ⁶⁵ RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979. 357. p. 194.
- ⁶⁶ As associações operárias de Belo Horizonte que aderiram ao Quarto Congresso foram: Federação do Trabalho, Confederação Operária do Estado de Minas Gerais, Sociedade Operária de Belo Horizonte, Sociedade dos Pedreiros e Anexos, Sociedade dos Operários em Madeira, Sociedade dos Operários Pintores, Sociedade dos Operários em Metais, Sociedade dos Sapateiros e Afins, Sociedade dos Empregados no Comércio, e Sociedade dos Artistas Alfaiates.

- ⁶⁷ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 116.
- ⁶⁸ Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. 225 p.
- ⁶⁹ Donato Donati nasceu em Florença, Itália, no ano de 1866. Imigrou, em 1886, para a América do Sul. Em Buenos Aires, Argentina, exerceu atividades jornalísticas e, em 1890, veio para o Brasil, cidade de São Paulo. Em 1883, transferiu-se para Campinas e, em 1896, para o Curral del Rei, no momento da construção da nova capital. No ano de 1897, participou da fundação da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, da qual foi o primeiro presidente nos anos de 1897-1898. Em Belo Horizonte, abriu uma fábrica de colchões e, mais tarde, trabalhou como carpinteiro e marceneiro no lugar chamado Favela ou Morro da Estação. Em 1900, fundou a Liga Operária, da qual foi o grande representante e, no ano de 1908, participou da fundação da União Espírita Mineira. O ano de 1912 é importante no que diz respeito a atuação de Donati no movimento operário. Nesse ano, integrou a greve, em maio, que paralisou a capital mineira por cinco dias e, em agosto, auxiliou uma greve em Juiz de Fora, aonde foi preso e, em seguida, libertado por ordem do Presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão. Participou, ainda, da reorganização da Federação do Trabalho, a qual foi o representante no Quarto Congresso Operário Brasileiro, além de ter sido o redator deste. Em 1914, participou de um comício convocado pelo Centro Operário Sindicalista (ex-Liga Operária) em comemoração ao Primeiro de Maio, juntamente com Alexandre Zanella, José Torres e Aquilino Cendon. Em fevereiro de 1928 faleceu, aos 61 anos de idade.
- ⁷⁰ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. 225 p. 116.
- ⁷¹ *O Confederal*, Belo Horizonte, 02 maio 1907.
- ⁷² *Ibid.*
- ⁷³ *Ibid.*
- ⁷⁴ *O Confederal*, Belo Horizonte, 01 jun. 1907.
- ⁷⁵ Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. 225 p.
- ⁷⁶ Carta circular de convocação ao congresso operário mineiro às sociedades operárias e aos círculos operários e trabalhadores do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1912. In: RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979. p. 80-83.
- ⁷⁷ *Ibid.*
- ⁷⁸ *Ibid.*
- ⁷⁹ *Ibid.*
- ⁸⁰ Esse ofício pertence a documentação não-encadernada do Fundo Secretaria do Interior, acervo em processo de organização no Arquivo Público Mineiro.
- ⁸¹ Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. 225 p.
- ⁸² Cf. COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus Experiência: Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 29. p. 03-16. 1990.
- ⁸³ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 118.
- ⁸⁴ VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: cidade e política: 1897-1920*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. p. 202.
- ⁸⁵ Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. 225 p.
- ⁸⁶ *Ibid.*, p. 122.
- ⁸⁷ *O Operário*, Belo Horizonte, 19 jun. 1920.
- ⁸⁸ *Ibid.*
- ⁸⁹ AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. p. 26-27.
- ⁹⁰ VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: cidade e política: 1897-1920*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. p. 209.
- ⁹¹ Anais do Congresso Mineiro em Sessão Extraordinária, Barbacena, 1893.
- ⁹² *Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 23 fev. 1896.
- ⁹³ Em setembro de 1897, Sívio Bressane, secretário da Sociedade Cooperativa e Mútuo Socorro União Operários Italianos, remeteu ao engenheiro Francisco Bicalho um pedido “sollicitando (...) um pequeno lote para construção da Sede Social, certo de que a generosidade de Vsa. Exa. não deixara de favorecer a nascente associação (...) tornar-se-ha de utilidade indiscutível, quer sob o ponto de vista moral da Colonia Italiana, quer material desta futura Capital”. (BRASIL. Museu Histórico Abílio Barreto. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. Petição de lote para construção da sede da Sociedade Cooperativa e Mútuo Socorro União Operários Italianos, 1897).
- ⁹⁴ *Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 15 mar. 1896.

- ⁹⁵ Minas Gerais, Ouro Preto, 07 set. 1897.
- ⁹⁶ O italiano Luiz Olivieri chegou ao Brasil em 1897. Possuía um escritório de arquitetura, que executou diversas obras em Belo Horizonte, e uma fábrica de alimentos.
- ⁹⁷ BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 2. p. 539.
- ⁹⁸ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988. p. 115.
- ⁹⁹ Cf. GROSSI, Yonne de Souza; FARIA, Maria Auxiliadora; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1982. p. 165-213.
- ¹⁰⁰ NOMELENI, Paula. C. B. . *Associações Operárias Mutualistas e Recreativas 1906-1930*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 03.
- ¹⁰¹ Estatutos da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, Belo Horizonte, 1950.
- ¹⁰² De acordo com os estatutos de 1950, as despesas eram distribuídas da seguinte forma: 60% da renda à assistência médica e beneficente; 15% às instituições filantrópicas e auxílio à educação de italianos e seus descendentes; 15% para a manutenção da Caixa de Socorro; e 10% para acréscimo do patrimônio social.
- ¹⁰³ GROSSI, Yonne de Souza; FARIA, Maria Auxiliadora; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1982. p. 183.
- ¹⁰⁴ TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989. p. 171.
- ¹⁰⁵ Ibid., p. 173.
- ¹⁰⁶ Festividade que mobilizava a colônia italiana em comemoração ao aniversário de independência da Itália.
- ¹⁰⁷ TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989. p. 174.
- ¹⁰⁸ Ibid., p. 175.
- ¹⁰⁹ Ibid.
- ¹¹⁰ Ibid., p. 176.
- ¹¹¹ Ibid., grifo nosso.
- ¹¹² SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 2004. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre. p. 410.
- ¹¹³ Ibid., p. 411.
- ¹¹⁴ Ibid., p. 412.
- ¹¹⁵ Ibid. A tradução do inglês para o português seria a seguinte: “para preparar seus membros para o socialismo”.
- ¹¹⁶ BIONDI, Luigi. *Desenraizado e desintegrados*. 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org>>.
- ¹¹⁷ Ângelo Trento, em *Do outro lado do Atlântico*, menciona Donati como um dos principais expoentes do socialismo brasileiro, que inclusive foi redator do jornal socialista *Avanti!*.
- ¹¹⁸ Revista Mineira Política, Científica, Literária e Industrial, 1903, grifo nosso.
- ¹¹⁹ SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 2004. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre. p. 425.
- ¹²⁰ RODRIGUES, Edgar. *Os libertários: idéias e experiências anárquicas*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 81.
- ¹²¹ Ibid., p. 82.
- ¹²² GIANNOTTI, Vito. *Cem anos de lutas da classe operária no Brasil (1880-1980)*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 30.
- ¹²³ TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989. p. 333.
- ¹²⁴ Giacomo Matteotti foi um político italiano contemporâneo a Mussolini. Denunciou a falsificação dos resultados nas eleições de 1924, entre outros abusos praticados pelo regime fascista.
- ¹²⁵ Marquês De Pinedo foi um aviador italiano que atravessou algumas vezes o Atlântico Sul. No ano de 1927, em uma dessas travessias, percorreu o litoral brasileiro, sendo recepcionado e homenageado por autoridades e pela população em várias cidades brasileiras: Santos, Natal, entre outras.
- ¹²⁶ TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989. p. 329.
- ¹²⁷ Ibid., p. 330.
- ¹²⁸ A Marcha sobre Roma ocorreu no ano de 1922. Logo, a data apresentada pelo jornal, 1921, estava equivocada.
- ¹²⁹ *Diário da Manhã*, Belo Horizonte, 28 out. 1928.
- ¹³⁰ Victor Emmanuel III, Benito Mussolini, Humberto de Saboya, entre outros.
- ¹³¹ *Araldo Italiano*, Belo Horizonte, 18 ago. 1923, tradução nossa.
- ¹³² Como Emília Viotti da Costa e Cláudio Batalha, por exemplo.
- ¹³³ JESUS, Ronaldo Pereira de; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-51.

¹³⁴ Ibid., p. 30.
¹³⁵ Ibid.
¹³⁶ Ibid., p. 44-45.